

BIBLIOGRAFIA
I
B BRASILEIRA
L R
I A
O S
G I
R L
A E
F I
I R
A A

MEC
INEP-CBPE

015.37

Vol. 16

N.º 2

DE
EDUCAÇÃO

M. E. C.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

C.D.U. 016: 37(81)
C.D.D. 016.370981

Diretor
CARLOS CORRÊA MASCARO

Documentação e Informação Pedagógica
PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO

Serviço de Bibliografia
REGINA HELENA TAVARES

Colaboradores do presente número:

B.K. — Beatriz Kamergorodski
F.S. — Fidelina dos Santos
J.M.B. — Jader Medeiros Brito
M.L.L. — Maria Luisa Leite
R.H.T. — Regina Helena Tavares

Para a remessa de correspondência: Rua Voluntários da Pátria, 107, ZC-02
ou Caixa Postal 1-02 — Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Brasil.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

CENTRO BRASILEIRO DE
Biblioteca
PESQUISAS EDUCACIONAIS

Bibliogr. bras. Educ.

Rio de Janeiro

V. 16

N.º 2

p. 61/124

Abr./Jun. 1968

NOTA EXPLICATIVA

A matéria incluída na B.B.E. acha-se disposta em ordem de classificação por assunto, de acôrdo com a tabela de classificação.

O número superior à esquerda corresponde ao número de classificação de assunto. Quando vários itens têm a mesma classificação, esta aparece apenas no primeiro.

O número inferior, à direita, é o número de ordem dos itens.

Recomenda-se, a quem consultar a B.B.E., orientar-se pelo "Índice Remissivo de Assuntos", págs. 119-120, onde encontrará a indicação dos números de ordem dos itens que tratam especificamente do assunto procurado.

Poderá igualmente o leitor procurar o assunto que lhe interessa na "Tabela de Classificação", págs. 65-67, notando o número de classificação atribuído na referida tabela. Em seguida, deverá localizar êsse número nas páginas que se seguem. Os itens sôbre o assunto desejado estarão agrupados, em ordem alfabética de autores, sob aquêle número fornecido pela tabela.

As págs. 121-123, encontra-se ainda, o "Índice de Autores", com a indicação dos números de ordem dos itens relativos aos respectivos trabalhos.

Artigos de revistas: Uma indicação como "*B. Inst. Psic.*, 5 (3) : 1-10" deve ser entendida como Boletim do Instituto de Psicologia, vol. 5, n. 3, págs. 1 a 10.

As iniciais colocadas entre parênteses, depois de cada resumo analítico, correspondem aos elaboradores dêstes, aparecendo o nome por extenso no verso da capa.

CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

Principais convenções

Esquema geral dos índices CDU utilizados neste número. .
ver págs. ver págs. 65-67.

Os números entre parênteses (0) indicam subdivisão de forma.

Os números entre parênteses (4/9) indicam subdivisão geográfica.

Os números sem parênteses 00 indicam subdivisão de ponto de vista.

Os números sem parênteses - 0 (hífen 0...) indicam subdivisão de grupos de pessoas (idade, sexo, classes sociais, ocupação).

O símbolo + (mais) indica assuntos representados por números não consecutivos (de acôrdo com a classificação adotada), tratados num mesmo documento.

O símbolo : (dois pontos) indica a relação coordenada de assuntos.

O símbolo " " (aspas) indica subdivisão de tempo.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO*

I

37	— EDUCAÇÃO
37:061.3	— " — Congressos
37:301.175	— Educação e desenvolvimento
37:301.175(816.4)	— " " " — Santa Catarina
37:31	— Estatística da Educação
37(09)	— História da Educação
37(094.5)	— Legislação do ensino
37(094.5) (816.1)	— " " " — São Paulo
37(81)=20	— Educação — Brasil — (em inglês)
37.01	— Filosofia da Educação
37.01:061.3(44)	— " " " — Congressos — França
37.014	— Política da educação — Educação pública
37.014.22(816.4)	— Campanha contra o analfabetismo — R. Grande do Sul
37.014.52:301.175:338.92	— Educação cristã e desenvolvimento econômico e social
37.014.521:282	— Escolas católicas
37.014.542(816.4)	— Planejamento da Educação — R. Grande do Sul
37.014.543.31(8=6)	— Ajuda internacional à educação — América Latina
37.015.3	— Psicologia educacional
37.015.6	— Economia da Educação
37.018.58(042)	— Escolas experimentais — Discurso
371(094.5) (1-4)	— Sistemas federais de ensino — Legislação
371.125.8	— Psicólogos escolares
371.13(09) (814.2)	— Ensino normal — História — Bahia
371.2	— Organização da escola
371.26	— Testes e medidas educacionais
371.263	— Testes escolares
371.315.7	— Instrução programada
371.333:159.953	— Meios audiovisuais — aprendizagem
372.851-053.5	— Matérias de ensino elementar e sua metodologia — — Matemática
373.2(8=6)	— Educação pré-escolar — América Latina
373.5.001.5	— Ensino médio — pesquisa
373.6(094.5)	— Ensino profissional — legislação
374.7	— Educação de adultos
376.4	— Educação grupos especiais — deficientes mentais

* Foi adotada a edição especial — Educação — da Classificação Decimal Universal (Edição em Inglês e Francês, publ. FID).

- 377.35:373.5(094.5) (81) — Aprendizagem profissional no ensino médio — legislação
 378:3 — Ensino superior — Ciências Sociais
 378:31 — " " — Estatística
 378:338.92 — " " — Desenvolvimento econômico
 378:61 — " " — Medicina
 378(81) — " " — Brasil
 378.01 — " " — objetivos
 378.01:301.17 — " " — Filosofia e mudança social
 378.014.3 — Reforma universitária
 378.014.3:061.3 — " " — congressos
 378.014.3(094.5) — " " — legislação
 378.035.46 — Vida estudantil — atividades políticas
 378.096:37 — Faculdade de Educação
 378.1 — Ensino superior — organização
 378.244.2:61 — Exames vestibulares — Medicina
 378.261 — Créditos, sistemas de — no ensino superior
 378.4:37.014.3(815.41) — Universidade Fed. do R. de Janeiro — Reforma
 378.4(094.5) (815.1) — Universidade Fed. de Minas Gerais — legislação
 378.4(094.5) (816.12) — Universidade Fed. de S. Paulo — legislação
 378.4(73) — Universidades — E.U.A.
 378.4(815.1)096:37 — Faculdade de Educação — Minas Gerais
 378.4(815.41) — Universidade Federal do Rio de Janeiro
 378.4(815.41)096:8 — " " " " " " — Faculdade de Letras
 378.4(816.1) — Universidade de São Paulo
 378.4(816.1)001.7 — " " " " — projeto de reforma
 378.4(817.4) — Universidade do Distrito Federal
 378.4(817.4) (096:37) — Universidade de Brasília — Faculdade de Educação

II

- 016.087.5 — Bibliografias especializadas — literatura infantil
 159.9.07 — Testes psicológicos
 301 — Sociologia
 301:001 — Sociologia do conhecimento
 301(07) — Sociologia — Livro de texto
 301.151 — Psicologia social
 301.16(075.8)001.5 — Relações sociais — pesquisa — livro de texto
 301.18-053.7 — Sociologia da juventude
 338.92:301.175 — Desenvolvimento econômico — mudanças sociais
 338.92:37 — Desenvolvimento econômico e educação
 362.7 — Assistência a menores
 362.7-053.4 — Assistência ao pré-escolar
 362.72:061.3 (8=6) — Assistência ao menor — Conferências — América Latina
 362.72.001.5 — " " " — pesquisa
 659.3 — Comunicação de massas

III

LIVROS DIDÁTICOS

Nível elementar

- 372.4(075.2) — Conhecimentos Gerais
 372.41(075.2) — Iniciação à leitura

51(075)
918(075.2)

— Matemática
— Geografia do Brasil

Nível médio

371.02(075)
51(075)
53+57(075)
535(075)
537+538(075)
54(075)
547(075)
58(075)
802=20(075)
802=60(075)
802=690(075)
802-3=690(075)
802-5=690(075)
82.0=690(075)
918(075)

— Didática Geral
— Matemática
— Ciências Físicas e Biológicas
— Ótica
— Eletricidade e Magnetismo
— Química
— Química orgânica
— Botânica
— Inglês
— Espanhol
— Português
— " — Lexicologia
— " — Gramática
— " — Antologia
— Geografia do Brasil

PERIÓDICOS ANALISADOS

Revistas:

-
- Adm. Paulista* ACTA. Conselho Estadual de Educação. São Paulo, SP. Ano 3 n. 7, 1967.
- Arq. bras. Psicot.* Administração Paulista. Departamento Estadual de Administração. São Paulo, SP. V. 15, jan./jun. 1968.
- CAPES B.* Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, GB. Ano 20 n. 1, mar. 1968.
- B. inf. CBPE* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Boletim. Rio de Janeiro, GB. N. 184, mar.; n. 185 abr. e n. 186, maio, 1968.
- B. inf. CERIS* Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, GB. N. 128, mar.; n. 129, abr.; n. 131, jun. 1968.
- B. inf. CRPE* Boletim Informativo do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, GB. Ano 3, n. 112, jan./mar. 1968.
- Carta mens.* Boletim Informativo do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Salvador, BA. N. 24, jan./mar. 1968.
- Com. & Mercados* Carta Mensal. Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, GB. Ano 14 n. 158, maio; n. 159, junho, 1968.
-
- Com. & Mercados* Comércio & Mercados. Confederação do Comércio, SESC, SENAC. Rio de Janeiro, GB. Ano 2 n. 9, maio, 1968.
-
- Criteria. Conselho Estadual de Educação. Curitiba, PR. N. 6, jul./dez. 1967.
-
- Documenta. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação.

- Rio de Janeiro, GB. N. 80, jan.; n. 81, fev. 1968.
- EBSA** Editôra do Brasil S.A. São Paulo, SP. N. 240, mar.; n. 241, abr.; n. 242, maio, 1968.
- Ens. ind.** Ensino Industrial. Diretoria do Ensino Industrial. Brasília, DF. Ano 7 n. 17, maio, 1968.
-
- Estudos. Associação de Professôres Católicos. Pôrto Alegre, RS. Ano 28, fasc. 108 n. 2, abr./jun. 1968.
- Est. univ.** Estudos Universitários. Universidade do Recife, PE. V. 8 n. 1, jan./mar. 1968.
- Indústr. & Produtiv.** Indústria & Produtividade. Confederação Nacional da Indústria. Rio de Janeiro, GB. Ano 1 n. 1, jan. 1968.
-
- Nação Armada. Diretor resp. Raimundo Schaun. Rio de Janeiro, GB. Ano 1 n. 2, maio, 1968.
-
- Pôrto de Todos os Santos. Secretaria da Educação e Cultura. Departamento da Educação Superior e da Cultura. Salvador, BA. Ano 1 n. 1, abr. 1968
- R. Ens.** Revista do Ensino. Secretaria da Educação e Cultura. Pôrto Alegre, RS. Ano 15 ns. 114, 115, 1967; ano 16 ns. 116, 117, 1968.
- R. bras. Est. pedag.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, GB. V. 46 n. 103, jul./set. 1967; V. 47 n. 106, abr./jun. 1968.
- R. bras. Fil.** Revista Brasileira de Filosofia. Instituto Brasileiro de Filosofia. São Paulo, SP. V. 18 fasc. 70, maio/jun. 1968.
- SESI-Escola** Serviço Social da Indústria-Escola. Departamento Regional de São Paulo. São Paulo, SP. Ano 3 n. 10, abr./jun. 1968.
- SUDENE B. Econ.** Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste Boletim Econômico. Divisão de Documentação. Recife, PE. Ano 3 n. 2, abr./jun. 1967.
- Jornais:**
- Est. S. Paulo** O Estado de São Paulo. São Paulo, SP.
- F. S. Paulo** Fôlha de São Paulo. São Paulo, SP.
- J. Brasil** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, GB.

LISTA DE ABREVIATURAS

- A.E.C. — Associação de Educação Católica
abr. — abril
ampl. — ampliada
atual. — atualizada
aum. — aumentada
B.B.E. — Bibliografia Brasileira de Educação
Bibl. — Biblioteca
Bibliogr. bras. Educ. — Bibliografia Brasileira de Educação
CBPE — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
C.D.U. — Classificação Decimal Universal
C.E.E. — Conselho Estadual de Educação
C.E.E.P. — Centro de Experimentação do Ensino Primário
C.E.O.S.E. — Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistema de Educação.
C.F.E. — Conselho Federal de Educação
C.P.P.E. — Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional
C.P.O.E. — Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais
C.R.A.V. — Centro de Recursos e Materiais Audiovisuais
Cad. — Caderno
Col. — coleção
dez. — dezembro
Distr. — Distribuidor, Distribuidora
Ed. — editôra
F.N.B.M. — Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
F.U.B. — Fundação da Universidade de Brasília
fev. — fevereiro
I.B.G.E. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
I.N.E.P. — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
ilust. — ilustração, ilustrada
impr. — imprensa, impressora
jan. — janeiro
jul. — julho
jun. — junho
L.D.B. — Lei de Diretrizes e Bases

- Liv. — Livraria
M.E.C. — Ministério da Educação e Cultura
mar. — março
mimeogr. — mimeografado
Multilit. — multiliterado
n. — número
O.E.A. — Organização dos Estados Americanos
Of. Gráf. — Oficina Gráfica
p. — página
publ. — publicação, publicadora
ref. — refeita
rev. — revista
S.E.N.A.C. — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
S.U.D.E.N.E. — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
s.d. — sem data
s.ed. — sem editora
s. l. — sem lugar
s.n.t. — sem notas tipográficas
sér. — série
Serv. Gráf. — Serviço Gráfico
set. — setembro
tab. — tabelas
trad. — tradutor, tradução
U.F.R.J. — Universidade Federal do Rio de Janeiro
U.F.S.C. — Universidade Federal de Santa Catarina
U.N.E.S.C.O. — Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
U.N.I.C.E.F. — Fundo das Nações Unidas para a Infância
U.S.P. — Universidade de São Paulo
v. — volume

I**37 — EDUCAÇÃO****37:061.3****ABREU, Jaime** — Editorial — *R. bras. Est. pedag.* 47 (106): 179-188. abr./jun. 1967.

Analisa os diferentes aspectos das atuais Conferências de Educação, ressaltando de positivo o cunho didático e o esforço solidário na promoção do empreendimento educacional no país entre seus agentes responsáveis. De negativo aponta o que chama de "imobilismo de procedimento" produzido pela escarificação à realidade presente e pelo fetichismo legal.

Quanto à mecânica das Conferências, focaliza dois aspectos que devem ser retificados: uma melhor organização das mesmas (os participantes devem apresentar seus trabalhos até 3 meses antes da Conferência e procurar uma melhor participação dos Estados); distribuição pelo INEP do documento básico a seus participantes até 30 dias antes de seu início.

Comenta as recomendações aprovadas na II Conferência sobre o tema: "Extensão da escolaridade" e subtema "Criação de classes de 5.^a e 6.^a série do curso primário"; ampliação da rede escolar de quatro séries, principalmente onde haja ensino de grau médio; educação básica de oito anos para toda população, num futuro próximo; ordenação da matrícula nas diferentes séries de acordo com as idades da população escolar.

Quanto ao subtema "Primeiro ciclo médio", recomendou-se "um ginásio de estrutura polivalente como solução mais adequada para a reestruturação da escola média de primeiro ciclo".

Finaliza com duas apreciações: a Conferência somente terá rendimento na frutificação adequada de suas recomendações; a participação estrangeira deve ter real propósito de conhecer a realidade brasileira e de prestar sua colaboração. (B.K.) 1.

37:301.175**BRITO, Luís Navarro de** — Uma estratégia para a educação. *Pôrto de Todos os Santos*, 1 (1): 109-118, abr. 1968.

Parte do conceito de educação como fator integrante do processo de desenvolvimento, como um agente de mudanças. Observa que na perspectiva brasileira é necessário uma redefinição da política nacional que consiste em substi-

tuir a diretriz de uma "educação para o desenvolvimento" pela programática de que "educação é desenvolvimento", onde se procura caracterizar um processo de que a educação é elemento constitutivo e aparece como investimento produtivo.

Os investimentos educacionais têm de ser avaliados como fatores de desenvolvimento; na distribuição dos encargos, os municípios precisam compartilhar com maiores deveres no esforço comum pela educação.

Em conclusão, lembra que as prioridades de iniciativa devem recair sobre o nível primário, que habilita com requisito mínimo para o exercício da maioridade política. (F.S.) 2.

37:301.175(816.4)

SANTOS, Sílvio Coelho dos — *Educação e desenvolvimento em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. Imp. UFSC, 1968. 115p.

Faz um retrospecto da situação histórica em que ocorreu o povoamento e a colonização em Santa Catarina, a fim de caracterizar a situação presente quanto à falta de integração das diversas subáreas culturais a um centro urbano polarizador interno. Paralelamente analisa a situação demográfica e econômica do Estado a fim de avaliar as condições em que se está efetivando o aumento de sua população e o progresso econômico. Aborda a seguir a questão do desenvolvimento, tentando demonstrar como esse tipo de ação programada surgiu.

No terceiro capítulo apresenta a situação do ensino em Santa Catarina, frente aos dados estatísticos, dimensionando alguns problemas existentes.

No capítulo seguinte analisa o problema da educação para o desenvolvimento, estabelecendo as bases necessárias ao surgimento integral da educação, dando ênfase à necessidade de formação de forças sociais destinadas a permitir a renovação do sistema educacional.

Nas conclusões reexamina os pontos mais significativos apresentados em cada capítulo e estabelece uma síntese interpretativa da situação educacional do Estado com vistas ao emergimento de um plano global de educação. Organograma da Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura. Bibliografia. (B.K.) 3.

37:31

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *Censo Escolar do Brasil*; condição escolar das crianças de 7 a 14 anos. Rio de Janeiro, INEP, Comissão Central do Censo, 1968. 36p. (Sér. de Separatas 4).

Cadastro das crianças de menos de 15 anos (previsto na LDB) e levantamento dos prédios escolares primários em funcionamento na época. Contém 32 tabelas: 31 delas referentes às crianças normais, com discriminação pelas Unidades da Federação e a última sobre crianças excepcionais, representando o total do Brasil.

Exclui o Estado da Guanabara. (B.K.)

4.

37(09)

PEETERS, Francisca & COOMAN, Maria Augusta de — *Pequena história da educação*. 8 ed. São Paulo, Melhoramentos, [1968] 154p.

Veja Bibliogr. bras. Educ., V. 9 n. 2, item 20.

5.

37(094.5)

DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, (80) jan. 1968. 159p.

Entre as atividades do Conselho Federal de Educação destacam-se o projeto de lei de descentralização do Conselho Federal de Educação; exame dos estatutos das Faculdades Reunidas da Sociedade Universitária Gama Filho (GB) onde é sugerida uma rigorosa revisão; a aprovação de uma alteração nos estatutos da Universidade Católica de Petrópolis (RJ); e a aprovação dos estatutos da Universidade Federal de Sergipe. (B.K.) 6.

_____, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, (81) fev. 1968. 179p.

Em "estudo especial" a interpretação do art. 15 da LDB, pelo Conselheiro Anísio Teixeira.

Salientam-se ainda entre os trabalhos do Conselho: os pareceres referentes aos regimentos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis (RJ), Faculdade de Medicina de Campos (RJ), Escola de Serviço Social de Fortaleza (CE) e Faculdade de Direito Rio-pretense (SP) — modificações; a aprovação dos planos de reestruturação da Universidade Federal do Ceara, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. Indicação propondo a fixação de normas sobre o reconhecimento de novas universidades; a comunicação do Conselheiro Celso Kelly sobre alfabetização funcional e educação continuada de adultos, apresentando plano. (B.K.) 7.

NÓBREGA, Vandick L. da — *Enciclopédia da legislação do ensino*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1967. 2v.

Essa nova compilação atualizada das leis de ensino no Brasil inclui, além de toda a vasta matéria que veio completar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os diversos diplomas legais que no período da história republicana brasileira nortearam a educação nacional.

A primeira parte que se abre com a Declaração Universal dos Direitos do Homem abrange os artigos de Constituição Federal relacionados com problemas educacionais, a LDB e a seguir todas as leis orgânicas do ensino até o Código dos Institutos Oficiais de ensino superior e secundário de 1901. A segunda parte reúne a matéria que abrange os mais diversos assuntos relacionados com o ensino. A terceira e última parte, fornece ementação das principais decisões do Conselho Federal de Educação.

No primeiro volume, encontra-se índice de assuntos e índice cronológico de leis, decretos e portarias ministeriais. (R.H.T.) 8.

37(094.5)

TEIXEIRA, Anísio S. — Interpretação do art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases. *Documenta* (81): 9-13, fev. 1968.

Examina o art. 15 da LDB que dispõe sobre reconhecimento das Universidades Estaduais pelo CFE, considerando que sua redação é imperfeita e obscura e relaciona-o com os arts. 9 e 14 da Lei, revendo a problemática da competência da União e dos Estados no que tange ao ensino superior. Mostra que o espírito da descentralização visa a garantir o mais alto padrão de ensino. Assim, quando há dualidade de jurisdição federal e estadual, dentro do mesmo Estado, estabelece-se uma quebra de unidade similar à que existia no regime centralizado anterior à Lei. (R.H.T.) 9.

37(094.5)(816.1)

ACTA, São Paulo, Conselho Estadual de Educação, 3 (7) 1967. 270p.

Reúne resoluções do C.E.E. e pareceres da Câmara do ensino superior, das Câmaras reunidas do ensino primário e do ensino médio e da Comissão de Legislação e Normas.

Destaca-se a resolução sobre condições de "adaptação" para transferência de alunos: no *grau primário* continuando o tradicional regime de liberdade assegurando aos estabelecimentos o direito de procederem conforme lhes pareça mais acertado. No *ensino superior* existem normas próprias (portaria n. 10 de 10/8/68 do C.F.E.). No *grau médio* a transferência será permitida quando houver equivalência entre os cursos (apresenta lista dos cursos de 1.º e 2.º ciclos equivalentes). (B.K.) 10.

37(81)=20

BRAZIL. Ministry of External Relations. *Cultural situation. In: Brazil 1966: resources and possibilities* [Rio de Janeiro] Serv. Gráf. IBGE, [1966] p. 151-175.

Dados coletados sobre o sistema educacional brasileiro: histórico e estatísticas do ensino primário, secundário, normal, industrial, agrícola, comercial e ensino superior. É também analisada a educação militar: o exército, a marinha e a força aérea.

São citadas as seguintes instituições educacionais: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), Instituto Benjamin Constant, Instituto Nacional de Educação de Surdos e as campanhas nacionais de educação. (B.K.) 11.

37.01

BRAMELD, Theodore — *O poder da educação*. Trad. de Deny Felix Fonseca. Rio de Janeiro, Zahar, [1967] 154p. (Col. Atualidade).

Na era do poder, em que vivemos, que gera tanto a criação quanto a destruição, a educação revela-se a única força suficientemente grande para combater todas as forças humanas degenerativas.

Compreendida a educação como instrumento de *transformação* e não apenas de transmissão e reconstrução cultural, cabe-lhe procurar conhecer a natureza do homem moderno, por meio de psiquiatria e das ciências sociais no sentido de explicar a irracionalidade do comportamento humano enquanto parte de um sistema de relações sociais e econômicas.

O educador não pode permanecer neutro diante das lutas pelo poder que ocorrem na atualidade e sim tomar partido com base numa consciência sociológica de sua posição de classe e dos valores que essa posição aprova ou desaprova. (R.H.T.) 12.

37.01:061.3(44)

GAUSSEN, Frédéric — O Colóquio de Amiens por uma escola nova. Trad. Martha Albuquerque. *B. inf. CBPE*, (129): 1-5, abr. 1968.

Estudando os problemas da escola nova, da formação de professores e da pesquisa em educação, procura definir o que deveriam ser as "finalidades do ensino" na segunda metade do século XX.

O colóquio esboçou uma filosofia pedagógica, da qual os grandes princípios são a aptidão à mudança, a capacidade de dominar as informações e os condicionamentos econômicos, a aprendizagem da participação e da responsabilidade, a importância atribuída à expressão e ao desenvolvimento dos indivíduos.

Contribuição mais valiosa dos trabalhos — a criação de escolas de formação humana — com a participação ativa do corpo docente, discente e dos pais de alunos, adaptando-se às suas múltiplas funções e as transformações do futuro, sendo que as novas técnicas pedagógicas deverão ser objeto de uma pesquisa científica.

O colóquio propôs alguns princípios que permitem assegurar, ao mesmo tempo, coordenação e planificação dos programas e dos meios e liberdade de inovação e pesquisa pelo professor. Sugeriu a criação de centros de pesquisa e formação de professores nas universidades.

A declaração final afirma a urgência de uma renovação educacional que só pode ser concebida através de uma educação permanente, e aponta as medidas a serem tomadas. (B.K.) 13.

37.012.85

CUNHA, Jurema Alcides & MORAES, Maria Inês Braga de — Destaques de um estudo sobre o nível intelectual de estudantes de grau médio de Pôrto Alegre. *R. Ens.*, Pôrto Alegre, 16 (117) 21, 1968.

Para efeito de comparação com a pesquisa nacional sobre "Nível mental da população brasileira" (teste INV, de Pierre G. Weil) foram selecionados 2% da população representativa de estudantes de grau médio de Pôrto Alegre, com o mesmo fim.

As conclusões indicam que: os estudantes possuem um nível intelectual significativamente elevado, considerando as escalas de percentis existentes para adolescentes; parecendo ter relações com a ação selecionadora da escola e sua possibilidade para aquisição de padrões superiores de pensamento abstrato e ainda uma influência definida da escolaridade de grau médio sobre o desenvolvimento das operações lógicas. (B.K.) 14.

37.014

ABREU, Jaime — Entrevista a alunos do curso de Pedagogia da Fac. Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *B. inf. CBPE* (131): 22-24, jun. 1968.

Respondendo sobre qual a tônica de uma educação, em função da realidade brasileira dentro de uma política educacional democrática, afirmou que há de estar no esforço por converter a nossa educação em *empreendimento coletivo no organismo cultural do país*. Quanto aos critérios usados na distribuição das verbas da União, respondeu que são de proporcionalidade direta desses recursos à população escolar (70%) e inversa à renda *per capita* (30%); no que se refere às falhas na produção de técnicos, julga que está na falta de coerência externa entre o sistema educacional e a sociedade a que serve ou deve servir. Finalmente opinando sobre as vantagens de uma formação de nível médio com insinuações ocupacionais como solução para maior qualificação de mão-de-obra, declara ser indispensável uma sólida formação de cultura geral como base de especializações e semi-especializações. (B.K.) 15.

37.014.22 (816.4)

VISSOKY, Paulina — No plano de erradicação do analfabetismo. As novas metas da SEC no Rio Grande do Sul. *Rev. Ens. (Pôrto Alegre)*, 16 (117): 2-3, 1968.

A Cruzada da Ação Básica Cristã tem por finalidade a educação de adultos.

Aproveitando o mecanismo de pesquisa já montado no CPOE para o levantamento das áreas prioritárias e da metodologia do combate ao analfabetismo, justifica-se um convênio entre a Cruzada ABC e a SEC do Rio Grande do Sul.

Com um levantamento das condições bio-sociopedagógicas do analfabeto gaúcho verificar-se-á qual a zona prioritária para o início do programa, partindo daí para a implantação do método de alfabetização, preocupando-se com a continuidade desta educação através de um treinamento profissional. Tais métodos deverão ser submetidos à apreciação do MEC. (B.K.) 16.

37.014.52:301.175:338.92

INSTITUTO de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico, Rio de Janeiro — *Educação cristã e desenvolvimento à luz do Concílio e da Populorum Progressio...* Rio de Janeiro, A.E.C. do Brasil [1968] 24p.

Para situar a educação como fator de desenvolvimento apresenta o processo histórico do desenvolvimento, sua conceituação geral e seus fatores determinantes (segundo L. J. Lebret), as suas concepções atuais (concepções não cristãs, cristãs, o desenvolvimento nos documentos pontifícios).

A seguir, focaliza a problemática brasileira, mostrando as mudanças necessárias a serem feitas no sistema educacional, para que o país supere o seu atraso econômico e social.

Dá algumas características-chaves do nosso subdesenvolvimento educacional (no ensino primário, médio e superior) e finaliza com observações sobre a escola particular e o seu papel no processo geral do desenvolvimento. (R.H.T.) 17.

37.014.521:282

OLIVEIRA, Oscar de — Paulo VI e as escolas católicas. *Estudos*, Pôrto Alegre, 28 (2): 13-18 abr./jun. 1968.

Exortação do Papa para que as escolas católicas continuem desempenhando o melhor possível o seu papel, procurando métodos modernos e combatendo a fama de que as escolas católicas se destinam apenas aos ricos. (B.K.) 18.

37.014.542(816.4)

MINISTÉRIO do Interior, Superintendência da Região Sul — *Modelos socioculturais e modelos econômicos*. s.n.t.

A série de documentos reunidos nesta publicação compreende: 1) estimativa das despesas com o ensino implicadas na realização de um modelo sociocultural feito no Brasil e considerações sobre sua viabilidade; 2) Recomendações sobre a reforma administrativa da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul pelo CEOSE; 3) conteúdo de um plano estadual de educação; 4) recomendações do CEOSE para a organização administrativa dos sistemas de planejamento educacional do Estado de Santa Catarina; 5) definição geral dos planos. (R.H.T.) 19.

37.014.543.31(8=6)

QUIRINO, Tarcísio Rêgo — Situação e necessidade da educação e sentido da ajuda educacional na América Latina. *Est. Univ.*, 8 (1): 141-155 jan./mar. 1968.

Salienta inicialmente o sentido sociológico do tema em pauta, examinando em seguida o problema educacional na América Latina do ponto de vista quantitativo e depois qualitativo.

Pela diversidade dos países que compõem a América Latina, o critério de dividi-la em 3 grupos, segundo o atual adiantamento em matéria de escolarização, tem sido adotado em diversas conferências de educação. Assim, o primeiro grupo seria composto dos países de maior desenvolvimento educacional: Uruguai, Argentina e Chile. No segundo grupo estariam: Panamá, Costa Rica, Colômbia, México, Peru, Brasil, Paraguai, El Salvador, Bolívia, Nicarágua, Equador e República Dominicana. No terceiro: Honduras, Guatemala e Haiti. Cuba não faz parte da OEA.

A meta proposta é de que em 1975 a América Latina como um todo chegasse a uma escolarização de 98% no curso primário de seis anos.

Os problemas graves que influem diretamente na capacidade de conseguir essas metas numéricas são: falta de professores e a evasão escolar. Do ponto de vista sócio-econômico, há uma correlação inversa entre as possibilidades futuras de aplicação do ensino recebido e a idade da pessoa que aprendeu.

No ensino secundário, segundo estatísticas apresentadas em 1960 na Conferência de Bogotá, o primeiro grupo tinha 33% de jovens cursando o nível médio, o segundo grupo 13% e o terceiro 5%.

No nível superior o maior problema da América Latina é o aspecto qualitativo, não somente no que se refere às diferentes especialidades, mas também quanto à qualidade do ensino ministrado. A percentagem de estudantes de nível superior é de 32% dos habitantes entre 20 e 24 anos, sendo que a variação de país a país é muito grande. No Haiti a taxa é de 1,3%; no Brasil 1,6; enquanto na Argentina e Uruguai é de 10%.

Quanto à ajuda educacional à América Latina, apresenta alguns pontos importantes a respeito do problema: financiamento da educação, formação de professores (que possam ser guias nas mudanças e na industrialização e que incentivem a pesquisa), bibliotecas especializadas e medidas para despertar, nos cientistas uma mentalidade que os possibilite enfrentar a realidade dos países subdesenvolvidos, tornando os estudos no exterior uma ajuda realmente efetiva e não uma êxodo dos cientistas. (B.K.) 20.

37.015.3

NOVAES, Maria Helena — O valor do diagnóstico na educação. *B. Soc. Psic. Rio Grande do Sul*, 3 (5): 67-80, mar. 1968.

Focaliza o valor do diagnóstico no processo educativo relativamente à aprendizagem, adaptação escolar, ajustamento pessoal do aluno e sobretudo quando associado a medidas preventivas e corretivas.

Neste sentido, analisa a sua natureza, objetivos e funções básicas, métodos e técnicas, lembrando a necessidade de investigação, observação, análise, síntese de dados, além de um programa de testes adequados aos níveis do ensino, para melhor adaptar a escola à criança, atendendo às necessidades desta de acordo com as diferenças individuais.

Discrimina as áreas de maior importância no diagnóstico escolar — diretamente ligadas à aprendizagem ou a fatores da personalidade — e que devem ser investigadas em diferentes níveis e etapas: 1) quantos e quais os alunos que apresentam determinada dificuldade, a sua natureza, suas causas, quais as medidas curativas e profiláticas de caráter preventivo a serem adotadas.

Conclui finalmente sobre a utilidade do diagnóstico para o professor, orientadores, psicólogos, pais e educadores em geral, favorecendo-lhes uma revisão de sua atuação profissional e atitudes pessoais que garantam o desenvolvimento da personalidade de cada um, trazendo contribuições significativas, inclusive para a própria sociedade. (M.L.L.) 21.

37.015.6

CORRÊA, Arlindo Lopes — Economia da Educação. *Indúst. & Produtiv.* 1 (1): 4-15, jun. 1968.

Analisado o desenvolvimento precoce de países pobres em recursos naturais e a retomada rápida do desenvolvimento pelos países que atravessam graves crises em determinadas épocas, chegou-se à conclusão que o fenômeno era atribuído ao aperfeiçoamento do nível educacional dessas populações.

Enfocado como uma indústria de prestação de serviços, o sistema educacional, depois de ser estudado em suas relações com os demais setores econômicos, está buscando aprimorar sua eficiência interna.

Examina os conceitos modernos sobre recursos humanos, alinhando algumas pesquisas de caráter econômico, aplicados principalmente à educação — no mundo em geral e no Brasil.

Quadros apresentados: 1.º) receita média familiar analisado o ponto de vista da instrução do chefe de família (Belo Horizonte, Guanabara e Salvador); 2.º) modificação na capacidade de trabalho devido ao efeito simultâneo "saúde-nutrição" (estimativa para 1955/1960, em 20 países); 3.º) índices de produção por homem-hora segundo grupos de idade; 4.º) esquema geral de desenvolvimento de recursos humanos. Bibliografia. (B.K.) 22.

37.018.58(042)

TEIXEIRA, Anísio S. — A Escola Parque da Bahia; discurso pronunciado durante a 6.ª sessão plenária da III Conferência Nacional de Educação, realizada na Escola Parque, em abril de 1967. *R. bras. Est. pedag.*, 47 (106): 246-253, abr./jun. 1967.

Veja Bibliogr. bras. Educ. V. 15 n. 3, item 34.

23.

371.(094.5)(1-4)

DECRETO n. 62.605 de 25/4/68. Provê sobre os sistemas educacionais nos Territórios Federais e dá outras providências. *Ebsa* (241): 11-12, abr. 1968.

Deverá ser estimulada a criação de escolas ao longo das fronteiras, até limite de 150 km a dentro das áreas dos Territórios Federais. (B.K.) 24.

371.12:373.512

WESTPHALEN, Cecília Maria — O professor no regimento da escola média. *Criteria*, (6): 10-16, jul./dez. 1967.

Sugere o exame dos regimentos a fim de verificar até que ponto a escola média paranaense se acha consciente da importância do professor, como agente do progresso.

Ressalta a importância do professor no regimento escolar e inclusive a sua participação na elaboração do mesmo, para que em comum todos alcancem os mesmos objetivos. (B.K.) 25.

371.125.8

VELLOSO, Elisa Dias — Supervisão no treinamento de psicólogos. *Arq. bras. Psicot.* 20 (1): 9-45, mar. 1968.

Baseada em longa experiência no campo da psicologia clínica no Centro de Orientação Juvenil, com estreita colaboração interprofissional, analisa o processo de supervisão no treinamento de psicólogos, sob o duplo aspecto daquele que a dá e do que a recebe.

Mostra as funções e objetivos deste treinamento, as qualificações que se fazem necessárias ao supervisor e os requisitos que se impõem na própria seleção do estagiário.

Discrimina diferentes tarefas que naquele Centro são comumente atribuídas aos estagiários, em etapas e níveis sucessivos e crescentes, propiciando-lhes, mediante uma experiência prática, um aprofundamento horizontal e vertical de seus conhecimentos e atuação profissional.

Salienta ainda o aspecto dinâmico da supervisão no relacionamento supervisor-estagiário e paciente, na integração do estagiário na equipe clínica e os problemas aí encontrados.

Por fim, sugere um esforço sistematizado para o preparo de supervisores qualificados e um intercâmbio tanto entre supervisores no campo da psicologia, como entre os supervisores em profissões afins, para efeito de maior enriquecimento e segurança de todos. (M.L.L.) 26.

371.13(09)(814.2)

MACHADO NETO, A. L. — Sociedade e ensino normal na Bahia; estudo de Sociologia jurídico educacional. *Pôrto de Todos os Santos*, 1 (1): 119-130, abr. 1968.

O presente estudo constitui parte de um levantamento geral das condições sócio-educacionais do ensino normal na Bahia. Faz um histórico desde a sua criação em 1836, passando pelas diferentes reformas nos períodos imperial, republicano e posterior a 1930. Em 1939, o ensino normal sofreu uma reforma total em sua estrutura pela chamada "Lei Isaías Alves", decreto-lei que, reformado em pormenores, continuou sendo até a atual Lei orgânica o estatuto básico de organização jurídica do ensino normal na Bahia.

Na atual Lei orgânica (1962) houve a preocupação de adaptar o ensino às condições sociais. Em muitos de seus artigos essa tônica se apresenta e se repete quanto às finalidades do ensino normal: "capacitar o professor primário a integrar-se no meio geográfico, social e econômico onde vier a exercer suas atividades, para que possa promover a melhor integração dos alunos nesse meio e assim o desenvolvimento sociocultural da comunidade". (F.S.) 27.

371.2

SPERB, Dalilla C. — O currículo e administração escolar: sua interação. *C. CRPE*, 8 (56): 3-14 abr./jun. 1957.

A educação deve valer-se de uma boa administração no sentido de orientar o ensino e a aprendizagem ao encontro de seus importantes fins.

Fundamenta pontos mais importantes da administração educacional: currículo, a escola, o material, a sala de aula, o pessoal, o material didático, o tempo, o espaço e a revisão do currículo. (B.K.) 28.

371.26

MEDEIROS, Ethel Bauzer — *Iniciação ao preparo de provas objetivas* [Rio de Janeiro], Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Seleção e Orientação Profissional, Comissão de Testes e Pesquisas Psicológicas, 1968. 92p.

Texto destinado à orientação do preparo de provas objetivas, dando-lhes o conceito e a utilidade, ensinando como planejar cuidadosamente a prova. Indica sugestões para correção e como fazer-se análise dos resultados. (R.H.T.) 29.

371.263

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas, Instituto de Seleção e Orientação Profissional, Comissão de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas, Rio de Janeiro. *Programa de testes na escola*. Rio de Janeiro, s.d. 14p. (cad. 7).

Os testes utilizados na escola possibilitarão medir o desenvolvimento e progresso do aluno, diagnosticando e avaliando o próprio ensino. Devem ser aplicados com a participação da direção da escola e todo seu corpo docente, devendo ser rigorosamente aplicados e corrigidos usando criteriosamente os resultados obtidos.

Dá as diretrizes para a aplicação dos testes: 1) determinação dos objetivos propostos; 2) seleção das técnicas e testes adequados; 3) aplicação das provas e testes; 4) sua correção; 5) análise e interpretação dos scores; 6) controle dos resultados (técnicas do reteste).

Salienta algumas medidas que todo o aplicador deve ter em mente ao fazer o teste. (B.K.) 30.

371.315.7

ROBALINO, Neuza — Utilização atual e possibilidades da instrução programada. *Com. & Mercados*, 2 (9): 34-35, maio, 1968.

Estimula o treinamento pelo método da instrução programada no âmbito empresarial, do comércio e da indústria, que já tendo sido aplicada com êxito nos Estados Unidos e Europa, impulsionaria o progresso dos países em desenvolvimento, com maior rapidez. Aponta o SENAC como pioneiro na iniciativa da aplicação da instrução programada no Estado da Guanabara. (B.K.) 31.

371.333:159.953

CREDY, Olga — Recursos audiovisuais. *R. Ens. Pôrto Alegre*, 15 (114): 36-37, (115): 40-41, 1967; 16 (116): 36-37; (117): 41-42, 1968.

Propõe-se descrever os princípios básicos da aprendizagem como processo total em termos de sua realização pelo aproveitamento da experiência audiovisual.

No campo da psicologia da aprendizagem apresenta os seguintes diagramas: 1) como a compreensão se torna a base do pensamento natural e reflexivo; 2) relações multidirecionais entre atitudes e pensamento, relembrando experiências anteriores concretas e perceptivas; 3) condições da aprendizagem; 4) curvas do esquecimento; 5) três níveis básicos da aprendizagem: experiências simbolizadas, substitutivas e diretas.

Enumera as habilidades que o professor deverá possuir para alcançar seus objetivos. Classifica o material audiovisual: projetável, não projetável e auditivo, dando os princípios gerais para a sua seleção e as características para o prévio exame do material. (B.K.) 32.

372.851.053.5

MÁRQUEZ, Angel Diego — *Didática das matemáticas elementares; O ensino das matemáticas pelo método dos números em côr ou método Cuisenaire*. Trad. Dirceu Accioly Lindoso. Rio de Janeiro, Ed. Distr. de Livros Escolares Ltda. 1967. 179p. ilustr.

O método pretende resolver um problema prático: como ensinar os rudimentos do saber matemático, como iniciar os alunos no cálculo e nas operações matemáticas fundamentais, exigindo um material simples, as chamadas "reguinhas de côr" que qualquer professor poderá obter. O método pode ser pôsto em prática dentro dos marcos da escola tradicional, respeitando-se seus programas sem reformas ou modificações de qualquer espécie.

É um método essencialmente ativo, cabendo à própria criança, ao manipular o material, descobrir os números e as relações que estão na base de toda operação matemática.

Bibliografia. (B.K.)

33.

AS NOVAS matemáticas: uma revolução na escola. Trad. Zila Maria Guedes Paim. *R. Ens.*, Pôrto Alegre, 16 (116): 28-29, 1968.

O mercado atual reclama com urgência uma modernização nos programas de matemática. Novos programas foram propostos e estão sendo aperfeiçoados cada ano. Os inovadores desejam que os alunos sejam capazes de forjar, êles mesmos, dentro em breve, as Matemáticas que lhes serão necessárias. Inicialmente, através de jogos, os jovens são levados a estudar as estruturas matemáticas — o "porque" antes que o "como".

O grande obstáculo para a extensão dos novos programas de matemática reside na falta de professores. (B.K.)

34.

373.2(8=6)

BARRERA MONCADA, Gabriel — *A infância e a juventude e o seu lugar no desenvolvimento nacional*. Trad. Nazira Fêres Abi-Sáber. Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, Belo Horizonte, 1968. 8p. mimeogr.

Os países latino-americanos têm urgência de incluir a educação pré-escolar nos seus planos de desenvolvimento nacional, pelas seguintes razões: crescimento rápido da população, alta incidência de enfermidade, mudanças sociais muito rápidas e a falta de sistemas educacionais para o pré-escolar.

O desenvolvimento nacional influi, de maneira favorável, sobre as condições do pré-escolar.

Aborda as características biopsicológicas, as necessidades educacionais do pré-escolar na América Latina, analisando o planejamento de recursos necessários à sua proteção integral.

Conclui alertando os países latino-americanos para os problemas, considerando o imenso caudal biológico e humano que esta idade oferece e que será a base da sociedade futura. (B.K.)

35.

373.5.001.5

WOORTMAN, Klass Axel Auton Wessul — Algumas características sócio-econômicas dos ginásios de Salvador. *B. inf. CRPE*, (24): 35-49, jan./mar. 1968.

Apresenta os dados de uma pesquisa em elaboração sobre atitudes e expectativas de estudantes face à mudança social, referindo-se no presente relatório apenas à 4.^a série do primeiro ciclo dos estabelecimentos de ensino leigo, públicos e privados, excetuando o setor confessional.

No resumo das observações preliminares sobre a população escolar das séries terminais do primeiro ciclo do ensino médio chegou às seguintes conclusões: na população escolar independentemente do período de funcionamento, do ramo de ensino ou da entidade mantenedora, predomina uma clientela de classe média, elevando-se nos cursos noturnos as camadas baixas do sistema de estratificação social, mas com uma parcela ponderável de alunos de origem social elevada. Apesar de nos estabelecimentos públicos ser maior o número de estudantes de classe humilde, absorvem uma parcela considerável de estudantes das camadas superiores, sendo, ao contrário do esperado, maior a participação dos alunos de classe superior no ramo comercial com relativa alta dos que não trabalham mesmo com mais de 18 anos. (B.K.) 36.

373.6(094.5)

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Industrial — *Legislação do ensino industrial*. 2 ed. atual. [Rio de Janeiro], Serv. Gráf. Fundação IBGE, 1968. 232p.

Inclui toda a legislação referente ao ensino industrial, desde o regulamento baixado em 1959.

Em apêndice, ementário de leis e atos regulamentares, relativos ao objeto do presente volume (legislação do ensino, administração financeira e de pessoal dos estabelecimentos da rede federal de ensino industrial) que não constam das transcrições feitas.

No fim do volume, índice alfabético remissivo. (R.H.T.)

37.

374.7

ASOCIACIÓN Cristiana Feminina Mundial, Genebra — Alfabetización de adultos. Informe del I Seminario Latino Americano de Alfabetización de Adultos, São Paulo. dic. 1966. S.I. s.ed. 174p. ilust.

Salienta a necessidade de uma teoria da educação de adultos, com métodos de alfabetização de características próprias; a elaboração de currículo para adultos; definições dos objetivos e determinação das prioridades.

Refere-se ao *método funcional* como "sendo concebido de maneira a preparar o homem para o desempenho de um papel social, cívico e econômico".

A educação de adultos deveria ser definida como um meio de ajuste social e, também, como um movimento social.

Há um denominador comum entre os adultos a serem alfabetizados: são quase sempre voluntários, o ensino ocorre durante uma parte de tempo disponível e se destina a indivíduos que estão acima da idade da educação obrigatória. (B.K.) 38.

374.7

BRAZ, Maria — O problema de educação de adultos no Brasil. *SESI Escola*, 3 (10): 8-10, abr./jun. 1968.

Os adultos analfabetos representam grande parte da força de trabalho em nosso país. É imperioso que eles se tornem capacitados a atuar numa sociedade que requer conhecimentos, habilitações e compreensão. Para tanto aponta a alfabetização funcional, que não se limita a "aprender saber" mas "aprender sentir".

O novo plano de alfabetização assumiu caráter de alta relevância pelo fato de também incluir a educação continuada de adolescentes e adultos.

Lembra as idéias de Blakeley (Robert J.) sobre "que é adulto?"

Observa, diante do exposto, a responsabilidade da direção dos programas na alfabetização funcional. (B.K.) 39.

376.4

OLIVEIRA, Esmeralda C. de & MARINHO, Heloisa — *Educação da criança retardada*. s.n.t. 4p.

Compara o desenvolvimento da criança normal com a criança retardada, abordando o desenvolvimento físico, social, a educação da linguagem, a evolução mental, a formação de hábitos e a segurança afetiva, tendo em vista solução para uma melhor adaptação desta no ambiente em que vive. (B.K.) 40.

377.35:373.5(094.5)(81)

BOLOGNA, Italo — Cursos ginásiais e cursos de aprendizagem. *Ens. industr.*, 7 (17): 2-4, maio, 1968.

Analisando a LDB, sugere que na próxima revisão da legislação da aprendizagem o assunto seja objeto de disposição legal adequada, a fim de que o certificado de 3 ou 4 anos de aprendizagem seja considerado, para todos os efeitos, como de conclusão do primeiro ciclo de ensino médio, abrindo assim oportunidades de matrícula, nos cursos técnicos, aos portadores de certificado de aprendizagem. (B.K.) 41.

378.3

LINHARES, Maria Yeda — Ciências sociais e universidade. *J. Brasil* (cad. especial) 9 jun. 1968. p. 8.

Preconiza a necessidade de adequação de estruturas e de conteúdo de ensino em face de uma nova realidade social, visto as instituições estarem obsoletas, ultrapassadas pelas forças geradas no processo de desenvolvimento sócio-econômico. Como consequência o ensino ministrado deixou de ser um elemento dinâmico de transformação e progresso. Dêste modo surgem as pressões e contrapressões, originando as crises que eclodiram no mundo inteiro, entre os jovens e os meios dirigentes, quer educacionais, quer político-administrativos.

Analisa o problema brasileiro, observando que é necessária a ampliação, em termos quantitativos, do sistema educacional como um todo e a adequação do sistema ao conjunto da sociedade, como fator dinâmico de transformações. A ênfase que se dá na atualização do sistema para satisfazer a modernização da economia pelo desenvolvimento de tipo tecnológico, relega o papel das ciências humanas para um último plano de prioridade e importância no escalonamento dos valores estabelecidos pelos técnicos.

Historia de como as ciências sociais entraram nos currículos universitários, no nível de profissionalização, com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Com o desmembramento da Faculdade de Filosofia em 1967, passaram os cursos de História, Filosofia e Ciências Sociais a constituir o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais que incorporou em seus quadros os pesquisadores, que operavam desvinculados de atividades docentes — com objetivo de criar uma escola de estudos graduados para a formação de especialistas, voltados para a pesquisa e para a sociedade brasileira, capazes de assumir funções no ensino superior e nos ramos diversos da administração pública e privada. (F.S.) 42.

378:31

SÃO PAULO. Departamento de Estatística do Estado. Divisão de Estatísticas — Físicas, Sociais e Culturais — *Ensino Superior 1967*. São Paulo, 1968. 19p.

Dados sobre a matrícula em princípios de 1967, fins de 1966 e aprovações neste ano. Insere dados referentes ao número de cursos segundo a especialização e o número de professores.

Tabela de distribuição segundo o município, entidade mantenedora e movimento dos exames vestibulares em 1967.

Depreende-se pelo número de professores a grande participação do ensino particular.

Dados referentes aos estabelecimentos existentes na região do grande São Paulo permitindo um confronto entre os dados gerais do Estado e os da referida região, a qual concentra a maior parte dos recursos de ensino superior. (B.K.) 43.

378:338.92

CAMPOS, Roberto de Oliveira — O investimento humano ou os insumos invisíveis. *CAPEB B.* (185): 4-8, abr.; (186): 9-14, maio, 1968.

A importância relativa do fator educação no desenvolvimento econômico vem aumentando gradativamente, como bem o evidencia a ênfase dada pelas principais potências econômicas de hoje — Estados Unidos, União Soviética e Japão — à educação e à tecnologia.

Dai não se concluir ser suficiente o incremento de verbas educacionais para se conseguir ritmo acelerado de desenvolvimento. O Brasil, significativamente, atesta esta afirmativa, apesar de despender 3.5% de seu produto nacional bruto — percentagem inferior a de países como os Estados Unidos, Canadá e União Soviética, mas comparável a de alguns países europeus: Alemanha e Suécia — não alcançando a produtividade necessária ao desenvolvimento.

No ensino superior, principalmente, verifica rendimento muito baixo em relação ao investimento federal que nele é aplicado.

Os aspectos desta improdutividade são os seguintes: 1) baixa relação aluno/professor; 2) absenteísmo do corpo docente; 3) desperdício de espaço resultante da propensão em construir instalações suntuosas, em vez de equipar-se as escolas superiores de laboratórios e material escolar; 4) subutilização do tempo no ano letivo; 5) gratuidade antidemocrática; 6) duplicação de instalações e cadeiras.

O mecanismo e a doutrina do planejamento do ensino deve ser repensado em bases mais nacionais e operantes, partindo da análise do mercado de trabalho atual e potencial, evitando-se a proliferação regional ou geográfica de Universidades.

Por outro lado julga necessário caracterizar-se as energias da juventude para atingir objetivos definidos: reforma universitária e participação no trabalho concreto do desenvolvimento econômico e social.

Cita ainda como medidas corretivas "tão urgentes quanto desagradáveis" eliminação da gratuidade do ensino superior, compactação de currículos e do período letivo e remuneração segundo a produtividade do professor. (R.H.T.) 44.

378:338.92

RAMOS, Athos da Silveira — Sômente com a tecnologia o Brasil sairá do atraso. CAPES B. (184): 1-4, mar. 1968.

É necessário uma política nacional de ciência e tecnologia para obter o progresso econômico. O Brasil só deixará de ser pobre com um atualizado "know-how". Para tanto aponta como necessário: investir desde já 1,5% da renda bruta nacional; oferecer condições para as carreiras científicas, de pesquisador e de magistério superior; criação de cursos de graduação e pós-graduação, dedução do imposto de renda dos investimentos para programas e centros de pesquisa; incrementação dos serviços de documentação, informação e divulgação científica e tecnológica; estabelecer entre a Universidade e o Poder Público programa de pesquisa; cooperação da indústria; remuneração digna e oportunidade do aperfeiçoamento; apoiar a Comissão Nacional de Atividades Espaciais, etc.

Estatísticas comprovam que até as nações de maior progresso precisam de importar conhecimentos, mostrando como são dependentes as economias das que não os têm. (B.K.) 45.

378:61

HOULI, Jacques & LIMA, Mário Barreto Corrêa, Ed. — *O ensino médico no Brasil*. Rev. Jéther Monteiro de Barros — Rio de Janeiro, MEC, 1967. 129p.

O ensino médico tem sempre representado um sério problema, dentre os vários que compõem o quadro educacional brasileiro: os currículos são anacrônicos bem como os métodos de ensino onde predomina ainda a aula magistral.

Assim os editores, responsáveis pela disciplina do currículo médico (Clínica Médica) com o intuito de estudar racionalmente o problema, estabeleceram uma escala de prioridades através do selecionamento de questões controversas, que foram distribuídas entre alguns representantes do magistério médico, os quais, reunidos em simpósio, discutiram as possíveis soluções a empregar.

Entre os temas abordados destacam-se: currículo médico, ensino médico integrado, o ensino no Hospital das Clínicas, demanda de especialistas no Brasil, Centros de treinamento para pessoal docente, etc. (F.S.) 46.

378(81)

MENDES, Durmeval Trigueiro — *A expansão do ensino superior no Brasil*. s.n.t.

A tese consiste em ligar a expansão universitária ao desenvolvimento, fixando uma perspectiva de reforma da Universidade mediante a qual ela venha a oferecer respostas adequadas à própria expansão da sociedade e às suas transformações.

Divide o trabalho analisando as questões de qualidade, quantidade e método.

Nas conclusões, depreende-se pelos pressupostos formulados que: a expansão do ensino superior deve ser entendida como parte do projeto da mudança estrutural do país; consistindo na criação de novos modelos condicionados às necessidades cívico-culturais e econômicas, à estrutura do mercado de trabalho das ocupações, e às peculiaridades do ramo profissional ou científico em cada área geo-econômica da país. Segue-se a necessidade de implantação de currículos múltiplos adequados ao nível, às modalidades e à duração dos cursos, consistindo o primeiro passo da política do ensino superior à fixação de uma adequada metodologia. Sugere a instalação de uma Comissão destinada a: a) definir as opções da política educacional a serem adotadas; b) julgar e aprovar os orçamentos; c) elaborar critérios para a distribuição das subvenções. Esta Comissão teria representantes de todos os campos do ensino superior.

Anexo: 1) quadro das despesas com o ensino superior (de 1961 a 1968); 2) quadro com os coeficientes de inscrições, aprovações e vagas dos vestibulares (1960/1964); 3) matrícula no início do ano no ensino superior (1960/1964). (B.K.) 47.

MORAIS FILHO, Evaristo de — *A universidade e o desenvolvimento político e social*. *J. Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1968 (caderno especial p. 3).

Dentre as características de desenvolvimento de uma nação, uma tem sido esquecida na últimas trinta décadas: a da Universidade.

Faz uma retrospectiva, citando o exemplo de Lincoln que em 1862 distribuiu, por lei, terras públicas para construção de estabelecimentos de ensino e universidades para o desenvolvimento da agricultura e das artes. Data daí o crescente papel das universidades na sociedade americana. O movimento "land

grant" constituiu uma resposta ao rápido desenvolvimento da indústria e da agricultura dos Estados Unidos, movimento que correspondia também à tendência democrática, igualitária e mesmo antiaristocrática.

Enfoca o problema da explosão demográfica salientando que no Brasil é encarada sob o aspecto da limitação da natalidade nada sendo feito em relação às necessidades educacionais.

Baseando-se na pesquisa publicada pelo INEP "Caracterização sócio-econômica do estudante universitário", afirma que para o desenvolvimento político e social é preciso dar novas oportunidades de ensino a todos. "Há um círculo vicioso: o subdesenvolvimento impede a manutenção de uma universidade produtiva e eficaz; a ausência ou insuficiência desta mantém o país no subdesenvolvimento".

Analisa os dados do Censo Universitário procedido pelo Instituto de Ciências Sociais da UFRS comparando-o com o trabalho acima citado, feito pelo INEP, onde há coincidência de resultados. (B.K.) 48.

378(81)

MOURA, Laércio Dias de — A Universidade particular, funcionamento e problemas. *J. Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1968 (caderno especial p. 3).

Todas as Universidades do Brasil têm autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, porém, no que tange a autonomia administrativa, as Universidades particulares gozam de uma situação mais favorável, nomeando seus próprios Reitores e Diretores. Quanto à autonomia financeira, elas têm maior liberdade de ação, embora ilusória, dados os poucos recursos de que dispõem.

Faz uma análise das fontes de recursos que poderiam contar, tanto as Universidades particulares como as oficiais através das taxas cobradas aos alunos e concessão de bolsas para reembolso futuro. Quanto aos recursos provenientes das comunidades, são considerados ideais, após campanha de formação da opinião pública. Outra fonte de recursos reside em agências internacionais ou em programas de ajuda sustentados por países estrangeiros com a intervenção de autoridades brasileiras. Examina a contribuição do governo para as Universidades e as várias formas de ajuda recebida pelas Universidades particulares.

Conclui afirmando que as Universidades não podem se sustentar e progredir apenas com os recursos provenientes de seus alunos e das comunidades nas condições atuais do Brasil. No esforço pela educação as Universidades particulares representam um alívio para os recursos do tesouro nacional que seria sumamente agravado se tivesse que sustentar integralmente um número de escolas suficiente para abrigar os alunos que freqüentam instituições particulares. (B.K.) 49.

VASCONCELOS, José Vieira de — A Universidade e a educação. *B. inf. CBPE*, (127): 2-7, mar.; (129): 6-11, abr. 1968.

Situa a atual Universidade brasileira em três fases de um processo de desenvolvimento: cultural, científico e educacional, detendo-se mais no último

com o intuito de alertar a Universidade para a responsabilidade que lhe cabe na educação do povo. Focaliza o problema da *crise de educação* (expondo os resultados da Conferência Internacional sobre a crise de educação realizada em Williamsburg, USA, 1967); *exigências do desenvolvimento*, onde aborda a urgência e a necessidade de uma orientação para uma integração dos problemas culturais e técnicos; *articulação*, apresentando um esquema da filosofia da Lei de Diretrizes e Bases no sentido da liberdade, democratização, flexibilidade e integração.

Aponta ainda, como problemas graves, a falta de articulação entre os vários níveis de ensino.

A UNESCO e a Associação Internacional de Universidade, estudando os problemas de acesso ao ensino superior, encontraram quatro objetivos principais: a aquisição de conhecimento de base; métodos de pensamento e de trabalho; incorporação da vida extra-escolar na educação e a informação sobre a vida social e profissional.

Conclui alertando sobre as considerações que devem ser feitas ao colégio universitário, introduzido pela Lei de Diretrizes e Bases. (B.K.) 50.

378.01

Arcon, Rudolph — A urgente tarefa da Universidade, *Nação Armada*, 1 (2): 12-14, maio, 1968.

O mundo universitário tem falhado por falta de iniciativa, de convicção, de planos filosóficos, metas educacionais e econômicas apropriadas no sentido de convencer aos políticos e a opinião pública que é o *produto humano* e não o produto material que será o responsável pelo desenvolvimento.

A explosão demográfica, as vastas populações sem conhecimento e auto-disciplina, a diluição da qualidade acadêmica, levam a exigir novos mecanismos para atingir uma real educação, sendo esta a tarefa urgente da Universidade. A constituição de um Conselho de Reitores, independente do Poder Executivo, seria um veículo apropriado para o estudo dos problemas genéricos das universidades brasileiras.

A nova estrutura deve ser baseada em: flexibilidade estrutural e diversificação docente, na criação de uma nova gama de atividades acadêmicas e científicas, na ampliação qualitativa e quantitativa do ensino, e principalmente estabelecendo uma unidade universitária cuja natureza e estrutura devem obedecer a critérios bem distintos dos atuais. Nesta unidade universitária estão as matérias básicas para a preparação profissional, mas outra unidade deve surgir a fim de preparar cidadãos com "educação superior geral" permitindo o eficiente desempenho das mais variadas funções produtivas.

Esta nova unidade que poderá ser chamada de "Centro Universitário de Estudos Gerais" deverá ser organizar em Departamentos que servirão às demais carreiras profissionais, estabelecerão um extenso número de carreiras não profissionais, permitindo, sua flexibilidade, um número crescente de combinações acadêmicas. Com a possibilidade de ter vários professores-titulares associados e assistentes, trabalhando em campos idênticos, não haverá professores exclusivos de determinadas disciplinas. Os alunos terão na nova unidade de cursar disciplinas básicas para decidir mais tarde se lhes convém seguir os estudos de carreiras não profissionais, nos próprios departamentos da nova unidade, ou dirigir-se a uma outra das faculdades profissionais. (B.K.) 51.

378.01:301.17

MENDES, Cândido — Os setores público e privado de universidade brasileira: ideologia e realidade. *J. Brasil (cad. especial)* 17 jun. 1968, p. 4-5.

Faz uma análise dos papéis desempenhados pelo setor público e privado na expansão da universidade brasileira a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que deveria representar toda a filosofia do ensino brasileiro e, no entanto, pouco foi atingida pelo problema fundamental da "educação para o desenvolvimento". Observa que a LDB não partiu de uma valoração da realidade brasileira, ou das principais técnicas de mudança social a começar pela configuração de um modelo ou visão da totalidade social e econômica em que se inscreveria o setor disciplinado pela lei. Se a opção realizada pelas "diretrizes" seria considerada como o melhor agente para promover a expansão deste pré-investimento requerido para a mudança social e econômica do país, pergunta qual seria o impacto dessa escolha "ideológica" sobre a realidade, do comportamento que tiveram os agentes público e privado, a despeito ou em conformidade com aquele estatuto que atuou como pré-condicionante ideológico do planejamento brasileiro formulado nos anos subsequentes.

Estabelece as seguintes coordenadas, para o destaque entre a atitude e a perspectiva ideal implicada na LDB e a realidade do panorama universitário brasileiro, em relação ao comportamento do setor público e privado: a) relação entre o Estado e o setor privado na prestação da atividade educacional à população universitária; b) exigências de um efetivo planejamento para a educação, levando em conta a urgência requerida pela mudança social e econômica do país neste setor; a escassez de recursos para a tarefa e as diversas políticas de alta racionalização reclamadas para remediá-la; c) a definição de critérios prospectivos tendo-se em vista o estudo, a médio e longo prazo, da evolução da oferta e da demanda da educação superior no país. (F.S.) 52.

378.014.3

ARAGÃO, Raimundo Moniz — Filosofia da reforma da Universidade do Brasil. *J. Brasil, (cad. esp.)* 16 jun. 1968. p. 6-7.

Transcreve trechos da aula de abertura dos cursos da Universidade do Brasil com o tema: "A Universidade e o Momento Brasileiro" (1959) e do *Jornal Universitário* (1962) a propósito da Reforma Universitária onde aponta como deficiências na Universidade brasileira: vício de posição; erro de estrutura e falhas de execução. Formula algumas sugestões para corrigir a falta de autenticidade como: eliminação de tudo quanto impede um efetivo espírito de comunidade; a falta de autonomia; e a prescrição para o corpo discente de um código de ética. Para a democratização da Universidade, aponta como solução o aumento de vagas e reformulação do exame vestibular. Apresenta correções pedagógicas e didáticas com referência aos cursos de formação e incremento do ensino de pós-graduação; sugere a ampliação da pesquisa científica e tecnológica; o ajustamento da Universidade ao meio comunitário e a promulgação do Estatuto do Ministério regulando os direitos e deveres do corpo docente.

Destaca os trechos dos decretos-leis n.º 53/66 e n.º 252/67, que particularmente refletem aspectos doutrinários.

A reforma universitária é aspiração dos educadores tendo cabido ao governo apenas criar o mecanismo operacional eficaz para alcançá-lo; exige reformulações complementares, sendo sua implantação feita progressivamente, procedendo-se *a pari passu* à transformação de estruturas e mentalidades.

Constará a Cidade Universitária de seis "Centros" além de instalações sociais e assistenciais. (B.K.) 53.

378.014.3

CARNEIRO, José Fernando — O ensino universitário no Brasil [Conferência pronunciada em 16/5/68] *Carta mens.*, 14 (159): 13-27, jun. 1968.

Na reorganização do ensino superior julga que o tipo de Universidade mais adequado é o que se baseia na estrutura departamental, com sua flexibilidade de estrutura e propósitos, havendo tantos departamentos quantas forem as necessidades e total identificação do professor com o departamento.

Contra uma integração verdadeiramente universitária, lutam as escolas profissionais (de nível superior) que se desenvolveram fora dela e que adotaram o regime de cátedra, na qual hoje se apóiam. Elas se dispõem a adotar o regime departamental, mas não abrem mão de suas matérias básicas a fim de deixá-las integradas na Universidade, alegando que a matemática que os matemáticos ensinam não é aquela que os engenheiros necessitam, e assim por diante. Aos departamentos compete atender à variedade de suas funções.

Baseando-se no sistema departamental das universidades americanas, dá uma definição dêle e sua posição nas universidades julgando ser o sistema que representa a solução para inúmeros problemas. (B.K.) 54.

HUNTER, John M. — O valor da diversidade educacional. *Est. S. Paulo*, 16 maio, 1968.

Parte de uma série de trabalhos elaborados por especialistas brasileiros e norte-americanos, com o propósito de trazer subsídios à reforma da Universidade brasileira.

Depois de apresentar uma visão de conjunto do "sistema" de ensino superior americano, analisa as vantagens de uma organização universitária fundamental, flexível, variada e heterogênea.

A heterogeneidade tem demonstrado no sistema educacional dos Estados Unidos três grandes vantagens: 1) a diminuição dos custos através do aproveitamento das vantagens oferecidas pelas economias de escala; 2) uma tendência de elevar ao máximo os benefícios para o estudante através da especialização institucional não em disciplinas, mas de acordo com a votação dos próprios estudantes; 3) o progresso, a experimentação e a disciplina através da competição interinstitucional. Analisa cada uma das vantagens e sugere alguns dos problemas relativos a heterogeneidade de educação. (B.K.) 55.

PESSANHA, José Américo Mota — As raízes filosóficas de uma crise. *J. Brasil* (cad. especial), 9 jun. 1968.

O que existe é uma crise de valores, isto é, a juventude quer simplesmente ter o direito de decidir sobre o que deve ser o seu mundo, fora dos estereótipos que lhe são oferecidos ou impostos como valores.

É o que tem levado estudantes e professores, em seu campo imediato e específico de atuação — as universidades — a lutar contra estruturas arcaicas que oprimem tanto a liberdade existencial, quanto bloqueiam o avanço do próprio espírito científico, desde que este se manifeste não apenas através do acúmulo de conquistas tecnológicas, mas ao nível de investigações humanistas, através da livre discussão quanto aos seus usos para que possam servir a todos ou à sociedade como um todo.

Observa que as soluções adequadas não podem ser realizadas ao nível apenas das análises parciais, embora técnicas, pois o problema da universidade envolve desde questões administrativas até aspectos econômicos ligados à economia geral do país e às diretrizes políticas do governo. Concluindo diz que é necessária uma redefinição da filosofia implícita na organização universitária, mas mostrando claramente para que e para quem ela serve. (F.S.) 56.

378.014.3

SILVA JÚNIOR, Marcelo — A órbita da autonomia universitária. *J. Brasil*, 7-8 jul. 1968. (Cad. esp. p. 4).

Sugere para melhoria da educação superior o regime econômico e "full-time" para o magistério, o cumprimento do art. 80 da LDB (autonomia didática e disciplinar) e autonomia real do Conselho Federal de Educação.

Cita o encaminhamento, ao Ministro da Educação, de dois documentos concretos como ponto de partida: 1) anteprojeto de lei instituindo regime de tempo integral no magistério superior e; 2) parecer do Dr. Pedro Xavier D'Araújo, tecendo considerações jurídicas em torno da autonomia das universidades.

Discute o veto oposto à LDB, considerando-o desnecessário já que a regulamentação da autonomia deve figurar nos estatutos de cada universidade. A interpretação deste e dos artigos 81, 84, 85 e 86 da LDB explicita que a Universidade vive e trabalha em regime de autonomia ampla, mas limitada na própria lei: livre, mas responsável perante o Conselho de Educação, sendo portanto dispensável a intervenção de outros órgãos alheios ao MEC para fiscalizar as atividades da Universidade. (B.K.) 57.

SUCUPIRA, Newton — A reestruturação das Universidades Federais. In: *II Seminário sobre assuntos universitários*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, 1967. p. 19-31. (Publ. 31).

Considera que a criação de estruturas orgânicas e flexíveis constituem aspectos essenciais da reforma universitária brasileira. Se a função é que determina a forma e estrutura do órgão, segue-se que a universidade no mundo de hoje se vê obrigada a uma reforma radical de suas estruturas a fim de atender às múltiplas funções que dela exigem as sociedades industriais.

O objetivo da reestruturação é propiciar a flexibilidade e diferenciação das atividades universitárias, assegurando, ao mesmo tempo, a integridade e coerência interna da universidade através da íntima articulação das funções de

ensino e pesquisa. O que se tem em vista é a criação de estruturas diferenciadas, dinâmicas e abertas, sem prejuízo da unidade orgânica, como exige uma universidade plurifuncional, capaz de atender às seguintes finalidades: a) formação básica e geral; b) treinamento profissional em carreiras curtas e longas; c) preparação de tecnólogos de alto nível; d) desenvolvimento de pesquisa científica, pura e aplicada; e) contribuição à aplicação do saber para que colabore com as forças produtivas do país; f) interpretação da cultura promovendo a integração do homem em sua circunstância histórica.

Os objetivos da reestruturação como se depreende dos princípios e normas poderiam ser resumidos nos seguintes itens: 1.º) princípio da não duplicação dos meios, para fins idênticos ou equivalentes, de modo a assegurar a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção; 2.º) princípio da integração do ensino e da pesquisa estabelecerão a coexistência de ambos, em cada unidade instituto, escola ou faculdade; 3.º) concentração dos estudos básicos num sistema comum de unidades para servir a toda universidade; 4.º) criação do sistema de unidades próprias para o ensino profissional e pesquisa aplicada; 5.º) institucionalização das atividades de cada grupo ou projeto compreendendo professores de diferentes departamentos e unidades que participam do curso; 6.º) supervisão destas atividades ao nível da administração superior da Universidade por meio de órgãos de coordenação central com poderes deliberativos; 7.º) instituição obrigatória do sistema departamental eliminando-se a cátedra autônoma em seu isolamento estéril, concentrando, em cada departamento, todo o pessoal docente relativo a um determinado setor do saber; 8.º) possibilidade da criação de órgãos setoriais congregando várias unidades de uma mesma área de conhecimento com poderes administrativos. (B.K.) 58.

378.014.3:061.3

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação — *II Seminário sobre assuntos universitários*. Rio de Janeiro, CFE, 1967. 87p. (Publ. 31).

O Conselho Federal de Educação reuniu-se com os Reitores para examinar as dificuldades de interpretação da lei n.º 53/66 e 252/67 e problemas concretos de sua aplicação.

O ponto de vista doutrinário foi desenvolvido no relatório do Cons. Newton Sucupira, destacando a necessidade de se promover a reforma estrutural como instrumento de reforma universitária em seu conjunto explicitando os pontos fundamentais da concepção que a lei encerra.

O segundo aspecto foi relatado pelo Cons. Clóvis Salgado que interpretou os textos legais apontando alternativas possíveis, à luz de um levantamento da jurisprudência do Conselho na apreciação de vários planos de estruturação.

Os dois documentos acompanhados da súmula dos debates têm por objetivo oferecer às Universidades subsídios teóricos e práticos para uma reforma estrutural e um roteiro que as oriente na aplicação da lei. (B.K.) 59.

378.014.3(094.5)

SALGADO, Clóvis — Implantação da nova estrutura das Universidades. In: *II Seminário sobre assuntos universitários*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, 1967. p. 46-54. (Publ. 31).

Interpreta os textos legais apontando alternativas possíveis, à luz de um levantamento da jurisprudência do Conselho na apreciação de vários planos de estruturação: 1.º) plano de reestruturação; 2.º) unidades; 3.º) institutos especializados; 4.º) órgãos setoriais; 5.º) órgãos superiores da administração; 6.º) órgãos suplementares; 7.º) disciplina e pessoal; 8.º) órgão coordenador dos cursos e serviços de extensão; 9.º) cursos. (B.K.) 60.

378.035.46

TEIXEIRA, Anísio — A rebelião dos jovens — *F. de S. Paulo*, 2 jun. 1968.

Procura interpretar o fenômeno universal da rebelião dos jovens, advertindo inicialmente para certa atitude senhora da verdade do contemporâneo na apreciação dos fatos atuais, sem margem para a dúvida ou à reflexão do nôvo.

Toma como eixo de referência a hegemonia da sociedade capitalista que, para manter sua opulência e prosperidade, organiza uma força de polícia em escala planetária, de modo a deter os movimentos revolucionários dos países subdesenvolvidos e amortecendo sua inconformidade com programas de ajuda internacional. Por outro lado, as nações opulentas subestimam as minorias subdesenvolvidas dentro de suas fronteiras. Nesse contexto, o inconformismo da juventude vem quebrar a tranqüilidade reinante, começando por atingir os velhos sistemas educacionais, em sua ânsia de mais e melhor cultura, chegando ao clímax na recente explosão francesa.

Observa que na luta contra a opressão, já que esta sacraliza a desigualdade, a saída seria um nôvo tipo de educação que ensinasse, ao invés da competição, a solidariedade. E aqui o método da desobediência civil, da resistência pacífica, no modelo de Gandhi e Luther King, surge como possibilidade real dentro dos países desenvolvidos, em função do nível superior de educação que êsses países atinjam. (J.M.B.) 61.

378.096:37

GÓES SOBRINHO, José de Faria — *Sentido e objetivo das Faculdades de Educação*. Rio de Janeiro, UFRJ. Coordenação Geral do Planejamento da Faculdade de Educação da Univ. Fed. do Rio de Janeiro, 1968. 35p.

Relatório de uma viagem de estudos aos Estados Unidos e América do Sul, para o planejamento de uma Faculdade de Educação cobrindo ampla área de ação e indo de encontro às necessidades de formação profissional que impliquem nível superior de instrução. A primeira etapa será a oferta de cursos de pós-graduação, cabendo-lhe preparar, em alto nível, elementos para liderança.

Após abordar a pesquisa e o planejamento educacional, mostra os notáveis experimentos da educação renovada que observou em escolas de nível elementar e médio, de instalação muito recente.

Outros pontos abordados foram: os Institutos de Desenvolvimento — que dão à fundamentação científica uma tomada de posição face ao desafio do conflito racial — e o magistério superior de educação.

Destaca na organização universitária norte-americana a instituição "College" e respectivos cursos "under-graduate" que conduzem ao primeiro grau acadêmico: "Bachelor".

Aponta a falta, na Universidade brasileira, de um órgão vestibular, integrador da cultura básica, com seu sistema de *Minor* e *Major* que precede, na universidade americana, as etapas de preparação para o exercício de carreiras liberais. No futuro colégio universitário brasileiro, devidamente ampliado com a profissionalização imprescindível de nível superior, estará possivelmente a solução.

Refere-se ao "Educational Testing Service" para admissão de jovens de superior aptidão.

Propõe a formação universitária do professor primário, tendo como solução imediata um convênio com o poder público local, que vincule à Universidade uma das escolas normais mantidas pelo Estado da Guanabara.

Sugere ainda o caráter associativo universitário "pool de universidades" e cursos de verão para abreviar os anos de escolaridade. (B.K.) 62.

378.096:37

MÁRQUEZ, Angel Diego — Plano para organização de uma Faculdade de Ciências Pedagógicas: idéias prévias para discussão. Trad. Eleonora Beatriz de Azevedo Barroso. *R. bras. Est. pedag.*, 46 (103): 109-144, jul./set. 1966.

A solução positiva é elevar a qualidade do professorado das escolas normais e conseguir, por esse meio, o progresso do magistério, única possibilidade de elevar o nível das escolas primárias. Para tanto é necessário ao mesmo tempo uma formação altamente especializada. O preparo desses especialistas é função da universidade através de suas Faculdades de Ciências Pedagógicas.

A Faculdade de Educação compreenderá três grupos de instituições educativas: a) Faculdade propriamente dita; b) Escolas menores; c) Escolas experimentais e de aplicação; d) Faculdade de Ciências Pedagógicas.

Apresenta quadro analisando sua estrutura departamental, organicidade, dinâmica e equilíbrio. Enumera as cátedras ou disciplinas compreendidas em cada departamento.

Os fins da criação da Faculdade está em sua função docente tendo por objetivo formar: a) especialistas em certos campos da educação; b) técnicos em determinados aspectos das atividades educacionais; c) pesquisadores; d) educadores especializados nos diversos graus de ensino e em especial professores de escolas normais.

Para sua criação destacam-se quatro funções essenciais: docência, pesquisa, experimentação e extensão universitária. Entretanto três "unidades administrativas" devem integrar a estrutura da Faculdade, sob a denominação prévia de "centros". Centro de Pesquisas Pedagógicas; Centro de Experimentação Educacional; Centro de Extensão Universitária. (B.K.) 63.

378.1

HOGUE, Henry W. — O departamento na Universidade. *Est. S. Paulo*, São Paulo, 23 maio, 1968.

Nos últimos anos os Conselhos Estaduais e Federal de Educação têm dividido as opiniões a favor e contra o regime das cátedras, decorrendo daí o crescente interesse que a criação de departamentos vem despertando nos meios universitários.

Descreve a estrutura e o funcionamento de um departamento "ideal" de uma universidade também "ideal" dos Estados Unidos.

Deixando de lado os aspectos peculiares da organização departamental em suas formas institucionais concretas, procura as características mais gerais e mais comuns da "idéia" de departamento. (B.K.) 64.

378.244.2:61

[CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de] *Concurso de habilitação aos cursos médicos no Estado da Guanabara; estudo sócio-econômico*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Escolas Médicas, Of. Gráf. UFRJ, 1968. 80p. + tab.

Os candidatos ao concurso unificado de habilitação aos cursos médicos da Guanabara em 1967 foram submetidos a um estudo visando à determinação de algumas características sócio-econômicas. O questionário aplicado permitiu obter dados relativos ao estudante, à sua família, à vida progressa e à situação econômica do postulante.

Dos 3.501 questionários, foi extraída por números aleatórios uma amostra de 200 informantes. Foi realizada uma análise das inter-relações de diversas características, através do teste de qui-quadrado, do índice de contingência e do teste "t de Student" para diferença de médias aritméticas. Foram significativos os índices de correlação calculados em referência à idade cronológica e os seguintes índices de correlação bisserial: instrução universitária do pai, frequência a curso vestibular, realização anterior de exame vestibular para cursos médicos, ocupação remunerada do estudante e exercício de atividade remunerada por parte da genitora.

Dentre as conclusões salientam-se: a predominância de candidatos do sexo masculino, solteiros, sendo de 23,2 anos a média aritmética das idades cronológicas; a quinta parte dos pais tem instrução superior; a maioria dos candidatos frequentou cursos preparatórios; e a quase totalidade de postulantes não acusou vestibulares para outra modalidade de ensino superior. Bibliografia. (B.K.) 65.

378:261

HUNTER, John M. — Moeda universitária: o crédito. *Est. S. Paulo*, 23 jun. 1968. p. 10.

Explica o sistema de contabilidade acadêmica utilizado nas universidades americanas para elucidar algumas dúvidas surgidas na discussão quanto a sua aplicação ou não no Brasil.

No referido sistema o crédito funciona como unidade de cálculo, é um pêso que se relaciona com o número de aulas semanais durante um período letivo e que, associado às notas obtidas, permite o cálculo do *grade points*, que é a medida do desempenho do estudante no exercício de suas tarefas acadêmicas.

Tal sistema permite grande mobilidade de estudantes entre as instituições e as disciplinas. Os cursos têm, via de regra, grande flexibilidade, dando possibilidade de selecionar várias cadeiras optativas. (F.S.) 66.

378.4:37.014.3(815.41)

FRAGA, Clementino — A reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *J. Brasil* (cad. especial). 9 jun. 1968. p. 3.

Faz um histórico das etapas da reforma da UFRJ, ex-Universidade do Brasil, demonstrando como esta soube acudir ao desafio da época e do meio, mobilizando todos os recursos para uma reestruturação, quer através da pesquisa de opiniões, quer servindo-se do tirocínio dos mestres, quer ouvindo outras pessoas autorizadas, para melhor colocar-se em convivência com os anseios e necessidades da comunidade. Procurou, pelos caminhos livres da opinião e do debate, chegar a um plano e a um estatuto que correspondessem à exigência da época e que tivessem a plasticidade necessária para sucessivas adaptações, porque a reforma é um processo evolutivo, que não pára no tempo. (F.S.) 67.

378.4(094.5)(815.1)

DECRETO n. 62.317 de 28/2/68. Aprova o plano de reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais. *Ebsa* (240): 6-14, mar. 1968.

Inclui, na íntegra, o plano de reestruturação apresentando seus objetivos e organização. (B.K.) 68.

378.4(094.5)(816.12)

DECRETO n. 62.758 de 22/6/1968. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo. *Ebsa* (242): 25-29, maio, 1968.

Entre outros artigos salienta-se o que diz respeito à competência dos institutos: ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes; formar pesquisadores especialistas; realizar cursos de pós-graduação, estudos e pesquisas nas respectivas especializações. Às faculdades compete: ministrar cursos de graduação, para formação profissional e técnica; realizar cursos de especialização e pós-graduação, estudos e pesquisas nas respectivas áreas de trabalho.

O primeiro núcleo universitário com "campus" próprio será instalado progressivamente no município de São Carlos, sede da Fundação e da Universidade que será constituída de um ou mais "campus" situados em cidades diferentes e integradas por institutos básicos de ensino e pesquisa e por faculdades destinadas à formação profissional. (B.K.) 69.

378.4(73)

BILLINGTON, James H. — Cessou o impulso humanístico nas Universidades americanas. Trad. Maria Helena Rapp. *B. inf. CBPE* (131): 5-15, jun. 1968.

Baseando-se em exemplos e depoimentos sobre as universidades americanas, mostra sua decepção frente à verdade crua de que a educação liberal está quase completamente extinta. O ideal humanístico vem sendo substituído pelo

treinamento de técnicos orientados para o trabalho na busca incessante do lucro. Em vez de partilhar o conhecimento, os bacharelados tratam de acumulá-lo, acentuando o espírito competitivo.

Chama a atual Universidade americana de: "mercadoversidade". Acusa os administradores de falta de acuidade mental e interesse moral nos diagnósticos dos males que sofrem as instituições onde servem. O resultado desta falta de espiritualidade foi a revolta dos estudantes que tentando preencher o vácuo retórico aderiram às duas maiores revoltas da juventude na década dos 60: os "hippies", com a sua aprovação apaixonada da estética instantânea e do salvamento pela alucinação; e a Nova Esquerda, apaixonada igualmente pela moralidade instantânea e o salvamento pela confrontação. "Eles fazem surgir um autêntico sentimento de comunidade humana e estão tentando restaurar as questões estéticas e morais na agenda intelectual da Idade da Máquina".

Estudos realizados concluíram que para haver *real* recuperação das humanidades será preciso acabar com quase todos os departamentos tradicionais. Para ter significado precisa ser ministrada em comunidades menores, menos impessoais. Cita exemplos positivos de colégios financiados com verbas privadas.

Resta para as grandes universidades a esperança de poder ser recriado, em benefício de toda a civilização atual, o que a "mercadoversidade" não está produzindo: a procura livre, alegre e desinteressada do conhecimento, numa atmosfera de respeito mútuo e diversidade ideológica. (B.K.) 70.

378.4(815.1)096:37

COMISSÃO para Estudos da Organização da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte — *Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, s.ed. [1966] 15p. mimeogr.

A maior inovação deste projeto é a presença da Universidade, através da Faculdade de Educação, no campo da educação primária.

A Faculdade terá como principal objetivo a formação de especialistas em educação para nível elementar, médio e superior.

Compete à FaE a preparação de professores, atribuindo diploma de licenciatura para ensino secundário e normal, e para ensino técnico, constituindo-se de dois ciclos: o básico e o profissional.

Apresenta organização administrativa e regime didático.

Os Departamentos classificam-se em dois grupos: três departamentos institucionais que supervisionam os cursos da Faculdade e quatro que dão estrutura didática à FaE e servem de suporte aos cursos.

Inclui regulamento para funcionamento no período de transição. (B.K.) 71.

378.4(815.41)

RIO DE JANEIRO. Universidade Federal — *Estatuto*. Rio de Janeiro, Of. Gráf. UFRJ, s.d. 64p.

Com a aprovação do plano de reestruturação foi elaborado um Estatuto ajustado às novas bases, dizendo de seus objetivos, sua estrutura, suas atividades, seu patrimônio e recursos financeiros.

A Universidade constituiu-se de um conjunto de órgãos: os de *infra-estrutura* (integrado pelos órgãos de execução do ensino e da pesquisa e por órgãos suplementares de natureza técnica e cultural); *estrutura média* (constituída por um conjunto de Centros, órgãos de coordenação das atividades universitárias nas suas grandes áreas de ensino e pesquisa, e pelo Forum de Ciência e Cultura); *estrutura superior* (órgãos de jurisdição sobre toda a Universidade: de deliberação, de direção e de coordenação). Além desses órgãos integrará a estrutura superior da Universidade a Assembléia Universitária. (B.K.) 72.

378.4(815.41)096:8

COUTINHO, Afrânio — Universidade e desenvolvimento cultural. *J. Brasil* (cad. especial). 9 jun. 1968. p. 6.

Parte inicialmente do conceito de humanismo que é fazer o homem participar melhor da realidade social e econômica, da vida, da inteligência e da sensibilidade. É a preocupação do homem total, realizando, integrando-o, humanizando a vida, a cultura, a sociedade.

Portanto é absolutamente sem sentido a idéia que se tem, principalmente nos países do terceiro mundo, de relegar a segundo plano os estudos das letras, pois quando se fala em desenvolvimento se pensa em ciência e tecnologia. No entanto as letras enriquecem o conhecimento com a mesma força com que se apresentam os recursos científicos e os aperfeiçoamentos tecnológicos.

Dá as diretrizes das Faculdades de Letras — que é o local para investigações acêra do estado do idioma, sua evolução, seu futuro, a política que lhe convém. Mas não é o vernáculo a finalidade ostensiva da Faculdade. Sem falar nos idiomas clássicos, por serem línguas matrizes das modernas, é nesta unidade que se fazem também os estudos e a formação dos pesquisadores e professores de línguas modernas estrangeiras e respectivas literaturas. (F.S.) 73.

RIO DE JANEIRO. Universidade Federal — Faculdade de Letras. Projeto de regimento [Rio de Janeiro] 1967. 65p. multilit.

Com o desdobramento da Fac. Fil. foi criada a Fac. Letras com o objetivo de reunir os cursos dessa especialidade e mais ainda: constituir-se em um centro de investigação e ensino de línguas e literaturas; ao mesmo tempo analisando e caracterizando a natureza e o desenvolvimento delas no Brasil em confronto com a cultura do continente americano e do mundo; formar especialistas nas cadeiras dos diferentes departamentos; promover pesquisas visando ao estabelecimento das estruturas fundamentais do idioma e edições fac-similadas, diplomáticas, críticas, de escritores brasileiros e portugueses.

A Faculdade se articulará com as instituições que compõem a UFRJ e com outras de cunho cultural e de ensino no país, no sentido de dar e receber a colaboração necessária à consecução de seus fins próprios e os da Universidade em conjunto.

A Faculdade manterá na forma da legislação vigente cursos de graduação, especialização, pós-graduação, extensão universitária e outras categorias que são estruturadas segundo o regime de créditos.

A administração da Faculdade será exercida pelos seguintes órgãos: a) Congregação; b) Diretoria; c) Conselho Departamental; d) Departamentos.

Os departamentos, órgãos de coordenação e execução didática e técnico-científica, constituindo-se pela reunião das disciplinas situadas numa mesma área de conhecimentos, estão assim discriminados: 1) Letras Clássicas; 2) Letras Vernáculas; 3) Letras Estrangeiras Modernas; 4) Linguística e Filosofia; 5) Ciência da Literatura.

Com a finalidade de assessoramento aos órgãos encarregados da administração, haverá na Faculdade, além das comissões de caráter provisório, as seguintes de natureza permanente: Comissão de ensino; Pesquisas; Administração e Orçamento; Legislação e Recursos; Cursos e Programas; Publicações; Relações com o corpo discente.

Por fim a Divisão de Documentação, centro de informações com a finalidade de cooperação didática e de pesquisa, em estreita conexão com os Departamentos e professores, possui a seguinte estrutura: Biblioteca, Seção de Coodenação Bibliográfica, Seção de Reprografia e Museu de Língua e Literatura. (F.S.)

74.

378.4(816.1)

GONÇALVES, Nair Lemos — A universidade de S. Paulo deve ser uma fundação? *Adm. Paulista*, (15): 107-118, jan./jun. 1968.

Antes de decidir sobre a questão, considera três aspectos: 1) os fins da Universidade; 2) o pessoal a seu serviço; 3) o regime de fiscalização a que estava sujeita.

Conclui que a USP, constituída como autarquia, poderá atingir os mesmos objetivos de flexibilidade de administração sendo uma "fundação de direito público". (B.K.)

75.

378.4(816.1)001.7

ENTREGUE o projeto da nova USP — *O Est. S. Paulo*, 30 jun. 1968. p.24.

Na citação de Ruy Barbosa, quando diz que a Universidade deve representar a síntese do saber ligando entre si as instituições num todo harmonioso e tendo a mesma finalidade, é que se baseia o Memorial de Recstruturação da Universidade de São Paulo.

A Universidade há de gozar da mais ampla autonomia didática, administrativa e financeira, nos termos consagrados pela LDB. Parte da realidade existente de que a reunião de faculdades que formam a atual Universidade de São Paulo é artificial.

A Comissão dividiu os trabalhos, tentando instituir uma universidade tão completa e integrada quanto possível no "campus" da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira e tentando a articulação destas com os demais "campus" universitários situados no interior e, eventualmente, com uma ou outra faculdade localizada na capital. A Universidade integrada constará apenas de Institutos dos quais apresenta lista.

O sistema de Institutos e dos currículos flexíveis permite à Universidade a criação de um currículo nôvo ou a extinção de currículo que já não faz sentido.

Fixa os princípios que deverão nortear os cursos de graduação, pós-graduação, os cursos já existentes e outros cursos.

Examina a carreira do docente, recomendando a extinção da cátedra e propondo quatro estágios: *Instrutor* (iniciando com provas e passando pelo título de "Mestre" e "Doutor"); *Professor-Assistente* (com chance de concurso para livre-docente) habilitando-o no prazo de cinco anos ao terceiro estágio; *Professor Associado*, recebendo a cada estágio superado nova gratificação e oportunidade de nôvo aperfeiçoamento. O grau mais elevado será o de Professor, sendo atingido com concurso de títulos e provas.

Apresenta os órgãos da Administração Universitária em seus vários níveis. (B.K.) 76.

378.4(817.4)

REZENDE, Eurico & MENDONÇA, Roberto de — *Universidade do Distrito Federal; estatutos e regimento do Instituto Central de Ciências Sociais*: [Brasília] s.d. [1968] 47p. mimeogr.

A estrutura básica da Universidade do Distrito Federal compreende: 1) Conselho Diretor; 2) Conselho Universitário; 3) Unidades Universitárias; e 4) Unidades administrativas (organograma básico).

Transcreve o regimento interno do Instituto Central de Ciências Sociais; seus objetivos, ciclo básico, cursos de estágio supervisionado, de graduação, pós-graduação, cursos de difusão e extensão cultural, administração, atividades docentes, discentes, etc. (B.K.) 77.

378.4(817.4)096:37

BRASÍLIA. Universidade — *Faculdade de Educação*; plano orgânico, relatório de atividades, 1966 informações gerais... Brasília [1967] p. irreg. mimeogr.

Propõe a única solução positiva para os problemas educacionais: elevação contínua do nível do magistério através de uma formação dos currículos, planos e programas.

Em sua estrutura linear mostra a Faculdade de Educação da Univ. de Brasília como centro de estudos, ensino, demonstração, pesquisa e divulgação deverá abarcar *todos* os alunos desde o material até o pós-doutorado; atender *individualmente* e possuir *flexibilidade* de horário. Impõe-se, para tal, a estrutura de uma escola *não-graduada*, com a colaboração dos setores de currículo e programas, assistência, orientação, supervisão educacional. A FaE deverá futuramente contar com serviços de *Educação Especial*.

Constituem órgão da FaE: Escola Normal Superior e Escola de Educação (Pedagogia, Licenciatura e Pós-graduação em educação).

Apresenta quadro da escala ascensional nos diferentes níveis de formação, especificando o tipo de curso, duração e possibilidades de formação na escola de professores da FaE. Inclui organograma e regimento da FaE, com relação dos currículos para os cursos de formação de professores primários em nível

superior, formação de professores de nível médio e de nível superior, assim como os currículos para os cursos de: licenciatura, pós-graduação (especialização ou mestrado em administração escolar, filosofia [ou história] da educação ou educação comparada, orientação educacional e assistência social, supervisão educacional, ciências pedagógicas e "In Service Training").

Em anexo apresenta estrutura do Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional (CPPE), Centro de Experimentação do Ensino Primário (CEEP), Centro de Recursos e Materiais Audiovisuais (CRAV) e informações, planos, relatório e minuta do "Ajuste suplementar" a ser assinado entre UNESCO-UNICEF-MEC-FUB. (B.K.)

II

016.087.5

BIBLIOGRAFIA Brasileira de Livros infantis n. 1, 1967 — Rio de Janeiro, Sindicato Nacional de Editores de Livros, 1968. p. 1-60 (Suplemento especial de Edições Brasileiras).

Bibliografia exaustiva, incluindo livros infantis editados no Brasil e existentes à venda no 1.º semestre de 1967.

Os livros estão distribuídos em 5 grupos de idade (3 a 6, 6 a 8, 8 a 10 e 10 a 12 anos) relacionando ainda algumas enciclopédias infantis.

Em cada grupo de idade, os livros estão reunidos, segundo o tipo da estória, conteúdo e texto. (R.H.T.) 79.

159.9.07

ADRADOS, Isabel — Dinâmica das respostas do movimento no Psicodiagnóstico de Rorschach. *Arq. bras. Psicot.*, 20 (1): 47-64, mar. 1968.

Ensaio de uma pesquisa em que procura estudar a evolução da personalidade durante o tratamento psicoterápico e, especialmente, como esta evolução se reflete na dinâmica das respostas "movimento" no teste de Rorschach.

Após fundamentação teórica sobre o significado de tais respostas (M, FM e m) conforme diferentes autores, apresenta três protocolos de uma mesma paciente portadora de neurose de angústia e submetida àquele teste no início, no meio e no fim da terapia. Registra-se uma diminuição crescente de tensão: a psicoterapia mobilizou as repressões, inibições e bloqueios representados no protocolo pelos perceptos "m", levando a personalidade a uma integração mais perfeita, equilíbrio este manifesto pelo aumento das respostas "M" relativamente às "FM" somadas às "m". (M.L.L.) 80.

CAMPOS, Francisco — As respostas de movimento no Z-Test. *Arq. bras. Psicot.* 20 (1): 65-77, mar. 1968.

Trabalho apresentado ao primeiro Simpósio Latino Americano de Rorschach realizado em Montevideu, em novembro de 1967, em que, sem pretensões de pesquisa, procura analisar a frequência de determinada resposta ("mulheres cumprimentando-se" ou similares) dada à parte central da 2.ª lâmina do Zulliger, no detalhe vermelho que orla o espaço em branco.

A amostra estudada compreende um grupo de 30 estudantes de psicologia entre 20 e 25 anos e outro de 31 candidatos a professores de diversas matérias em uma escola de administração, de 20 a 30 anos, predominando aqui o elemento masculino e ali, o feminino.

Após breve revisão bibliográfica sobre a existência e significado das respostas "movimento humano em detalhe", apresenta quadros comparativos dos dois grupos quanto à percepção, a relação entre o total de respostas e as de movimento humano ou não e sua localização.

Ressalta a diferença marcante entre os professores e estudantes de psicologia, tentando uma interpretação no sentido de que aquelas respostas revelam o interesse humano, o desejo de compreensão do outro, consoante com a carreira por eles abraçadas. Por fim, aponta algumas críticas metodológicas do estudo quanto às variantes da amostra, como idade, sexo, profissão, etc. (M.L.L.) 81.

301

PIERSON, Donald — *Teoria e pesquisa em Sociologia*. 11 ed. rev. e ampl. São Paulo, Melhoramentos, 1968. 336p.

Veja Bibliogr. bras. Educ. V. 15 n. 2, item 118.

82.

301:001

MACHADO NETO, A. L. — *Contribuição brasileira à Sociologia do conhecimento*. R. bras. Fil. 18 (70): 145-160, maio/jun. 1968.

O desenvolvimentismo e o nacionalismo, como ideologias mais ou menos populares, representam a supra-estrutura ideológica de um processo real de desenvolvimento sócio-econômico que se reflete na consciência intelectual do país sob a forma de uma autocrítica da alienação cultural.

A consequência dessa atitude crítica é a investigação dos fundamentos sócio-econômicos do pensamento nacional. A Sociologia das idéias em seus aspectos teóricos e aplicados seria um instrumento dessa consciência crítica. É desse processo de autoconsciência nacional que surge uma considerável produção neste setor.

Analisa os principais estudos sobre a matéria a começar por *ideologia e realidade* de Michel Debrun que apresenta uma visão global e sistemática da Sociologia do conhecimento no Brasil passando em seguida por Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e outros. (F.S.) 83.

301(07)

ROSE, Caroline [et alii] — *Iniciação ao estudo da Sociologia...* Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar [1967] 150p. (Col. Iniciação aos Estudos Sociais).

Este livro é resultado de esforços, conjuntos de um sociólogo e dois educadores especializados em estudos sociais. Os cinco primeiros capítulos descrevem as origens da Sociologia, sua natureza, seus diferentes campos e

seu desenvolvimento, discutindo também as escolas sociológicas representativas e suas teorias, pensamentos, controvérsias, métodos de pesquisa e de observação.

O último capítulo dedica-se à metodologia do ensino da Sociologia, sugerindo e ilustrando numerosas abordagens que os professores poderiam empregar nas escolas secundárias e primárias.

Enfeixa o volume bibliografia seletiva. (R.H.T.)

84.

301.151

MORAIS, Pessoa de — Instinto e cultura. *Est. univ.*, 8 (1): 109-121. Jan./mar. 1968.

Meditação em torno do significado decisivo e concreto como a vida é vivida na sociedade sob a influência da cultura. O homem sofre a influência das diversas sociedades, daí as profundas distinções no comportamento objetivo dos homens em diferentes sociedades, e se fazendo sentir de modo análogo sobre ambos os sexos.

A idéia do parentesco, em geral, as relações familiares, o modo como se trata especificamente os membros da família, parecem obedecer fundamentalmente a critérios de ordem cultural, mostrando como na vida social humana, o fator cultural exerce um papel decisivo modelando as relações do grupo dentro dos esquemas pré-estabelecidos concretamente pela cultura. Inclui bibliografia. (B.K.)

85.

301.16(075.8)001.5

SELLTIZ, Claire [et alii] — *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Ed. rev. e trad. Dante Moreira Leite. São Paulo, Herder, 1967. 687p. (Col. Ciências do Comportamento).

Manual de estudo para ser utilizado em cursos de pós-graduação no qual são abordados, inicialmente, os processos básicos, ou melhor, as principais etapas da pesquisa científica de relações sociais, bem como as inter-relações das mesmas.

Em seguida, analisa os problemas e as considerações que surgem na seleção e formulação de um tema de pesquisa; as variações no planejamento, desde a exploração não-estruturada até a verificação rigorosa de hipóteses através de experimentos controlados; dados gerais de mensuração em ciências sociais. São discutidos também os métodos de coleta de dados, ou sejam — o de observação, questionários e entrevistas, técnicas projetivas; o uso de dados disponíveis como fonte de informação (registros estatísticos, documentos pessoais e comunicação de massa).

Uma vez obtidos os dados é feita sua análise e interpretação para numa fase posterior passar ao relatório da pesquisa. Em conclusão analisa e discute a contínua e estrita inter-relação entre pesquisa empírica e teoria, indica a significação do desenvolvimento teórico para a aplicação prática da ciência social.

Apresenta ainda em apêndice: 1 — avaliação de tempo e pessoal necessário para um estudo; 2 — uma introdução à amostragem; 3 — construção de questionário e processos de entrevistas e por fim bibliografia sobre a matéria. (F.S.)

86.

301.18-053.7

BRRO, Sulamita, org. — *Sociologia da juventude*, I; da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1968. 266p. (Textos Básicos de Ciências Sociais).

Coletânea de diferentes autores sobre o tema juventude, abordando inicialmente as etapas da sociologia da juventude a começar por Marx e suas idéias de que a condição juvenil e a educação popular em uma sociedade vão depender do seu estado de desenvolvimento sócio-econômico.

Como as sociedades modernas estão sempre em mudanças contínuas, os jovens constituem segundo Mannheim, os recursos latentes da revitalização de uma sociedade, na medida em que cria as condições econômicas, sociais e políticas, para que essas possibilidades se possam concretizar. A juventude considerada como elemento chave da renovação social e como advento de um novo gênero humano.

Foi nos E.U.A. que desenvolveu a pesquisa sociológica e o estudo sistemático da condição juvenil em diversas comunidades.

Na parte final é analisada a sociologia da juventude na América Latina levando em conta que os estudos realizados até então abrangem mais a juventude das elites e as suas manifestações mais agressivas.

Quanto ao fenômeno do radicalismo só pode ser estudado numa perspectiva ampla e global da sociedade. Assim, segundo Otávio Ianni, o radicalismo surge de uma globalização dos diversos conflitos por parte dos jovens quando apreendem que suas expectativas e aspirações não poderão ser realizadas dado a organização atual da estrutura social. (F.S.) 87.

BRRO, Sulamita de, org. — *Sociologia da juventude*, II; para uma sociologia diferencial. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1968. 141p. (Textos Básicos de Ciências Sociais).

Parte inicialmente do conceito de "geração" que concebia a dinâmica do desenvolvimento social como uma constante renovação por períodos sucessivos, cada um introduzindo, graças à nova geração, um novo "espírito da época". A juventude, sendo sensível e aberta às influências socioculturais, seria modelada pelo "espírito da época anterior" e a vanguarda da sua renovação. A juventude tomaria vários feitiços segundo as tendências gerais do desenvolvimento histórico global.

Assim W. Jaide elaborou as bases de uma classificação tipológica, da qual poderão ser deduzidos os "grupos formadores de estrutura" ou melhor os tipos básicos. O que é importante para ele não é a diferença entre os diversos tipos juvenis, mas o que poderá ser determinado a partir de uma comparação entre os tipos característicos de diversas épocas históricas.

Embora os instrumentos de socialização que são a escola compulsória e os meios de comunicação de massa imponham progressivamente à população juvenil padrões e atitudes similares, essa socialização diversificará segundo a estratificação social. A. Davis mostra essa diferenciação analisando os diferentes formas de agressividade nos adolescentes segundo a classe social de origem.

É estudado se existe ou não um choque cultural entre as expectativas e a situação real quando o jovem passa do mundo escolar para o mundo do trabalho. Estuda o grupo formado pelos estudantes universitários cujas principais características são: alto nível de informação abstrata, consciência de participação na política e comparando-os com a população geral.

Por fim S. M. Lipset observa que os estudantes pertencem a uma categoria social particular: as elites; e estuda quais os fatores e as condições que contribuíram, durante a Universidade, para o seu papel determinante no desenvolvimento nacional. (F.S.) 88.

301.18-053.7

BRITO, Sulamita, org. — *Sociologia da juventude*, III; a vida coletiva juvenil. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1968. 146p. (Textos Básicos de Ciências Sociais).

Na primeira parte são estudados os grupos por idade e os grupos informais. Partiu da noção de categorias de idade, numa sociedade rural francesa, rigorosamente hierarquizadas, das quais as mais importantes eram as dos jovens. Trata-se de uma categoria social porque todos os membros da comunidade etária determinada deviam participar nos comportamentos tradicionais, não obstante as castas e as diferenças econômicas. O jogo das relações, dos indivíduos e dos grupos numa categoria de idade foi estudado por M. Mead em relação às jovens da ilha de Samoa.

Nas sociedades industriais as categorias de idade desapareceram, desenvolvendo-se sempre o grupo informal que assume hoje um papel central no processo de socialização dos jovens.

Surge hoje, no sistema educacional americano, um fenômeno que abrange a população infanto-juvenil, que é o desenvolvimento de uma "cultura juvenil". T. Parsons tenta caracterizar esse fenômeno e chega à conclusão que a cultura juvenil é ambígua pois poderá ter tanto um papel regressivo quanto prospectivo.

Na segunda parte estão estudados os grupos marginalizados, pois nas sociedades atuais é importante se analisar o fenômeno da multiplicação de grupos que se situam à margem da vida social. Essa escolha de marginalidade corresponde a comportamentos diferenciados quer por meio de delinquência, do radicalismo, característico do meio universitário, quer pela boêmia, que se exprime pelo movimento "beat". (F.S.) 89.

— *Sociologia da juventude*, IV; os movimentos juvenis. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1968. 137p. (Textos Básicos de Ciências Sociais).

São analisados num primeiro prisma os movimentos e organizações juvenis. Eisenstadt distingue entre as organizações essencialmente locais e pouco controladas pela sociedade de adultos e as organizações nacionais diretamente orientadas pelas associações de adultos, baseado em estudo feito pela Universidade Hebraica de Jerusalém em organizações existentes em Israel. Observa que embora todas essas organizações insistam quanto a sua autonomia em relação à sociedade adulta, nenhuma delas se orienta para a rebelião; consideram-se como elementos de vanguarda, que formarão a futura elite.

Também na União Soviética existe o mesmo pensamento, onde certas organizações não se caracterizam como um "movimento de massa", mas no sentido de uma política de juventude baseada numa rigorosa e progressiva seleção de futuras elites.

Em uma segunda etapa, são analisados os movimentos estudantis. Seria através desses movimentos que as tendências atuais para uma "revolução juvenil", uma política dos jovens e uma cultura juvenil evidenciar-se-iam, em particular, nos países em via de desenvolvimento, onde poucas alternativas existem para canalizar a vitalidade da população jovem.

Os movimentos estudantis organizados oscilam entre uma preocupação sindicalista, que visa defender e melhorar as condições da vida, e uma preocupação política, que reconhece que a situação estudantil e universitária depende de uma totalidade que só pode ser atingida quebrando com os limites artificiais da Universidade. (F.S.) 90.

338.92:301.175

MOTA, Fernando de Oliveira — Sugestões sociológicas ao planejamento local. [Documento apresentado à I Reunião Interamericana de Recursos Humanos para o Planejamento Local Integrado, Rio de Janeiro 14 a 17 mar. 1967] *Sudene B. Econ.* 3 (2): 45-53, abr./jun. 1967.

Aborda, sumariamente, a estrutura social em termos de uma dinâmica de relações e as noções de "taxa" e de "tempo" de mudança.

Ressalta a consciência atual do "fenômeno de urbanização".

Partindo do pressuposto de que a programação é, por si, um instrumento de induzir a mudança, não é possível programar para implementar, sem a participação das populações, nem modificar as estruturas sociais sem a criação de novas instituições. (B.K.) 91.

338.92:37

AZEVEDO, Oswaldo Benjamin de — Desenvolvimento econômico e educação — [Conferência pronunciada em 25/4/68] *Carta mens.* 14 (158): 21-39, maio, 1968.

No Brasil a falta de mão-de-obra é tal que quem tem um pouco mais de instrução passa logo a ocupar cargo superior ao que se destinava de início, deixando lacunas nunca preenchidas adequadamente nos escalões inferiores.

Faz comparações (com dados estatísticos) entre o mercado de trabalho dos países desenvolvidos e o Brasil e também quanto ao índice de alfabetização entre países da América Latina, constatando a inferioridade do nosso país.

Analisa também dados estatísticos do IBGE referentes a saúde e a taxa de mortalidade infantil tendo o Nordeste o maior índice de óbitos. Abordando o problema do corte das verbas para educação, sugere que cada Ministério abra mão de 1% de seus orçamentos em favor da educação.

Finaliza com gráficos de: matrículas no Brasil (ensino primário, médio e superior, 1964, 1965 e 1966); de oferta de emprego (67/68) e das variações percentuais do custo de vida e preços por atacado e a inflação (1967). Apresenta bibliografia. (B.K.) 92.

362.7

ALTENFELDER, Mário — *A nova política do bem-estar do menor*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação do Bem Estar do Menor, Setor de Relações Públicas. 1967. 16p. (Publ. 1).

Transcreve entrevista completa a nova política do governo federal no trato do problema do menor, assim como uma exposição sobre a FNBM e suas diretrizes de ação.

A Fundação, na consecução de seus fins, atenderá não só à condição dos desvalidos, abandonados e infratores, mas também a adoção de meios tendentes a prevenir ou corrigir as causas de desajustamento. O tratamento será à base da compreensão, da disciplina consentida, da ação de professores à altura, de psicólogos capazes e pessoal escolhido. (B.K.) 93.

362.7-053.4

MINISTÉRIO da Saúde. Departamento Nacional da Criança — *Sugestões para um plano de assistência ao pré-escolar* [Relatório ao] I Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar no Brasil [1965]. Rio de Janeiro, s.ed. 1967. 41p. mimeogr.

Apresenta os problemas e sugestões para a solução da situação do pré-escolar no Brasil: a longo prazo, a curto prazo e um programa de emergência sugerindo o aproveitamento de áreas anexas às igrejas para a construção de "Centros de recreação" para abrigar crianças cujas mães trabalhem fora. A função dos centros será atender às necessidades físicas e psicossociais das crianças. O pessoal docente será o mínimo indispensável, recrutados à base de boa vontade, sendo pagos os técnicos com cargos de chefia. Os recursos serão federais, estaduais, municipais e doações.

Oferece sugestões para a sua construção e do material lúdico confeccionado com material caseiro, além de lista de vacinas obrigatórias e calorías indispensáveis na alimentação diária da criança. (B.K.) 94.

362.72:061.3(8=6)

FUNDAÇÃO Nacional do Bem Estar do Menor, Rio de Janeiro — *Infância e juventude no desenvolvimento nacional na América Latina*. [Informe da Conferência de Santiago do Chile, 1965] Trad. Glauco Carneiro, Rio de Janeiro, Ed. Gráfica Ltda. Inhaúma, 1968. 121p.

Registra os trabalhos e resultados da Conferência que teve como finalidade estudar e propor soluções que propiciem a integração da infância e da juventude latino-americana no processo de desenvolvimento econômico-social de cada país do continente. Serviu de temário: 1) necessidade e problemas da infância e da juventude na América Latina; 2) modalidades de ação para satisfazer às necessidades da infância e da juventude; 3) condições prévias para uma aplicação mais eficaz de políticas e programas; 4) perspectivas — o lugar da infância e da juventude no desenvolvimento nacional.

Há nas conclusões finais uma advertência no sentido de que o conteúdo dos planos de desenvolvimento econômico e social devam compreender a

atenção às necessidades das crianças e da juventude. Uma política menos assistencial, tentando operar de forma direta sobre as causas que originam as diferentes anomalias, sem limitar-se a tratar de corrigir exclusivamente os aspectos sintomáticos. Em anexo, artigo mostrando a evolução da proteção do menor no Brasil. (B.K.) 95.

362.72.001.5

CENTRO de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, Rio de Janeiro. O menor abandonado em São José do Rio Preto-SP. *B. inf. CERIS*, 3 (1/2): 31-38, jan./jun. 1967.

Trata-se de um estrato da introdução de uma pesquisa onde são resumidos os seguintes aspectos: o objetivo — estudar o problema do menor abandonado, caracterização das causas e conseqüentes medidas a serem adotadas. Utiliza para a análise entrevistas com o menor e suas famílias e dados coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Serviço de Estatística do Estado de São Paulo; Prefeitura e Fórum de Menores do Município de São José do Rio Preto.

Na entrevista com o menor foram abordadas: condições de habitação, relacionamento com a família, ocupação, instrução, vestuário, alimentação e aspiração. No questionário junto às famílias apareceram os seguintes itens: ficha da família, habitação, ocupação, instrução, condições de saúde, migração e aspirações.

Foram entrevistados 108 menores somente do sexo masculino e 70 famílias.

Dá os conceitos de: menor abandonado, família, relacionamento familiar e convivência familiar, utilizados na pesquisa e a classificação utilizada em relação às atividades ocupacionais. (B.K.) 96.

659.3

PETERSON, Theodore [et alii] — *Os meios de comunicação e a sociedade moderna*. Trad. Jovelino Pereira Ramos. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1966. 343p.

Mostra como os meios de comunicação operam na sociedade americana, examinando-os à luz de seu contexto histórico, intelectual, econômico, político e social.

Estuda as relações entre os meios de comunicação e a sociedade; o seu ambiente social e econômico; sua estrutura industrial; seu ambiente intelectual, as suas funções sociais e o papel desempenhado pelo público. Aborda ainda os meios de comunicação como informantes e intérpretes, como persuasores e como divertimento.

Por fim apresenta as principais críticas feitas ao sistema de comunicação. (F.S.) 97.

III

LIVROS DIDATICOS *

Nível elementar

372.4(075.2)

AGUIAR, Antônio Lordello de [et alii] — *Educação moral, social e cívica; geografia — história — ciências*, 2.º ano primário. São Paulo, Ed. F.T.D. [s.d., 1968] 62p. ilustr.; 3.º ano [1968] 83p.; 4.º ano [1968] 127p. 98.

CARDOSO, Nazir — *Aulas e testes no programa de admissão*. 10 ed. rev. Rio de Janeiro, Ed. Minerva, 1968. 304p. ilustr. 99.

MARCOZZI, Alayde [et alii] — *Siga aprendendo*. Ilust. de Fortunato. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 112p. est. (Civilização didática, série primária). 100.

SANTOS, Máximo de Moura — *Seleta escolar*; 1.º livro. 23 ed. rev. definitiva. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1968. 98p. ilustr. 101.

372.41(075.2)

BASTOS, Alcy Villela — “*Aprender cantando*”, cartilha. Rio de Janeiro, Freitas Bastos [s.d., 1968] 129p. ilustr. (Bibl. pedagógica Freitas Bastos). 102.

FONSECA, Teresa Neves da & MAGALHÃES, Icles Marques — *Pompo, meu gatinho*. Rio de Janeiro, Série Cadernos Didáticos [s.d., 1968] 103p. ilustr. (Col. mágica do saber). 103.

TOMATIS, Gilda de Freitas — *Ler a jato*; cartilha para crianças e adultos. Ilust. de Lourdes Terezinha Comparso. Pôrto Alegre, Ed. A Nação, 1967. 36p. 104.

* Fonte de consulta: Bibliografia Brasileira Mensal — INL/COLTED (só incluímos nesta seção os livros em 1.ª edição ou em edição revista, aumentada ou atualizada).

51(075.2)

CÔRTEZ, Margarida Saraiva — *Exercícios e problemas de matemática*; para o curso de admissão ao ginásio. 4 ed. atual. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968. 405p. ilustr. 105.

OSÓRIO, Norma Cunha [et alii] — *Vamos aprender matemática*; preliminar. [s.d., 1967] 44p. ilustr. (Educação primária, guias de ensino). 106.

918(075.2)

AMARAL, Persides Pires do — *Ensine com êxito geografia*; 4.º e 5.º anos, curso primário. Ilustr. de José Rufino. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1968. 96p. ilustr. 107.

Nível médio

371.02(075)

PENTAGNA, Romanda Gonçalves — *Didática geral* (de acordo com os programas oficiais de 1.ª e 2.ª séries do curso normal das escolas do Estado do Rio de Janeiro). Pref. de Irene Mello Carvalho. 5 ed. aum., atual. e ref. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1968. 234p. tab. (Bibl. pedagógica Freitas Bastos). 108.

51(075)

CASTRUCCI, Benedito & BÓSCOLO, Alcides — *Matemática*; para o ciclo ginásial, vol. 3. São Paulo, Ed. F.T.D., 1968. 296p. ilustr. 109.

LAMPARELLI, Lídia Condé [et alii] — *Matemática para o ginásio*; 1. São Paulo, Edart, 1968. 315p. ilustr. 110.

LEITE, João d'Andrade [et alii] — *Matemática*; curso liceu, 1. Rio de Janeiro, Ed. Liceu, 1968. 224p. ilustr. 111.

QUINTELLA, Ary — *Matemática*; 4.ª série. Ilustr. por Hugo Ribeiro. São Paulo, Ed. Nacional, 1968. 341p. 112.

SANGIORGI, Osvaldo — *Matemática*; curso moderno para os ginásios, 1.º vol. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968. 373p. ilustr. 113.

53+57(075)

OLIVEIRA, Dougival Moraes de — *Ciências físicas e biológicas*; biologia, ciência da vida, terceiro vol. São Paulo, Ed. do Brasil, 1968. 201p. ilustr. (Col. didática do Brasil, série ginásial). 114.

535(075)

SALMERON, Roberto Aureliano — *Introdução à óptica* (para candidatos às escolas superiores). São Paulo, Duplicadora Forte, 1968. 176p. ilustr. 115.

537+538(075)

SALMERON, Roberto Aureliano — *Introdução à eletricidade e ao magnetismo*; para alunos da 3.^a série colegial e candidatos às escolas superiores. 4 ed. rev. e ampl. (reimp.). São Paulo, Duplicadora Forte, 1967. xvi, 443p. ilustr. 116.

54(075)

CARVALHO, Geraldo Camargo de — *Química moderna*; terceiro vol. São Paulo, Liv. Nobel, 1968. p. 643-961. ilustr. 117.

CHEMICAL Educational Material Study — *Química*; vol. I, texto org. pelo... Trad. Anita Rondon Berardinelli. São Paulo, Edart, 1967. 228p. ilustr. 118.

NEHMI, Victor A. — *Química inorgânica — não metais*. 9 ed. rev. São Paulo, Liv. Nobel, 1968. 140p. ilustr. tab. 119.

547(075)

————— — *Problemas de química orgânica*. 7 ed. rev. São Paulo, Liv. Nobel, 1967. 130p. ilustr. 120.

58(075)

RAWITSCHER, Felix — *Elementos básicos de botânica* (introdução ao estudo da botânica). 5 ed. rev. e atual. por Bernardo Beiguelman. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968. xvi, 382p. ilustr. (Bibl. universitária, série 3, ciências sociais, 15). 121.

802=20(075)

DIXSON, Robert James — *Exercises in English conversation*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 127p. ilustr. 122.

FISHER, Isobel Yealy & DIXSON, Robert James — *Beginning lessons in English*. Ed. rev. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 187p. ilustr. 123.

PÂNDU, Pandiá — *Como praticar a conversação inglesa* (conventional English). Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1968. 204p. (Bibl. línguas vivas, estrêla, 36). 124.

802=60(075)

TOLEDON, Alejandro — *80 lições de espanhol sem mestre*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1968. 106p. (Bibl. línguas vivas, sêlo, 23). 125.

802=690(075)

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de [et alii] — *Compêndio didático de português* (para o 3.º ano do curso ginásial). Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1968. 344p. 126.

CORRÊA, Adolfo Machado — *O idioma nacional; para o curso normal e superior*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1968. 187p. (Col. didática do Brasil, série colegial, 24). 127.

FABRI, Ferúccio — *Manual de redação*. 7 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1968. 326p. (Bibl. pedagógica Freitas Bastos). 128.

MIGUEL, Jorge [et alii] — *Curso completo de português* [por] Jorge Miguel, Manoel Nascimento, Antônio Medina Rodrigues. 3 ed. rev. São Paulo, Ed. Ática, 1967. 268p. 129.

PINTO, Maria da Glória Souza — *Português através de textos; 1.ª e 2.ª séries ginásiais*. 5 ed. rev. Rio de Janeiro, Ed. e Distr. de Livros Escolares, 1967. 233p.; 3.ª série ginásial, 3 ed. 1967. 174p. 130.

TESCAROLO, Floriano [et alii] — *Língua portuguesa*. São Paulo, Ed. F.T.D. [s.d., 1968] 7 v. 131.

802-3=690(075)

VASCONCELOS, Viveiros de — *Verbos portugueses e rudimentos de análise léxica*. 50 ed. ref. e aum. Campos, Dinah Silva, 1968. 107p. 132.

802-5=690(075)

BECHARA, Evanildo — *Lições de português pela análise sintática*. 7 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1967. 353p. (Col. domine seu idioma). 133.

OLIVEIRA, Cândido de — *Revisão gramatical; gramática moderna...* 13 ed. ampl. e melh. São Paulo, Gráf. Biblos [s.d., 1968] 477p. 134.

TÔRRES, Artur de Almeida — *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 19 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1967. 285p. (Domine seu idioma). 135.

82.0=690(075)

LIMA, Carlos Henrique da Rocha — *Leitura integral*; antologia para o ciclo ginásial (2.^a série). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1967. 156p. 136.

MATTOS, Maria Angélica de — ed. *Textos de autores brasileiros* (destinados ao curso médio), tomo A. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Ed. e Distr. de Livros Escolares, 1967. 167p.; tomo B, 2 ed. rev. e aum., 1967. 137.

918(075)

ANTUNES, Celso — *Estudo dirigido através de métodos ativos, geografia do Brasil*; 2.^o vol. São Paulo, Ed. do Brasil, 1968. p. irreg. ilustr. 138.

NARVAES FILHO, Antônio & NAKATA, H. — *Geografia do Brasil*; geral e regional. 5 ed. rev. e atual. São Paulo, Ed. Ática, 1967. 220p. 139.

RODRIGUES, David Márcio Santos — *Geografia do Brasil*; curso ginásial, 1.^o vol. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1968. 172p. ilustr. 140.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Administração escolar, 28
- Analfabetismo — Erradicação, 16
- Assistência ao menor, 93-96
- Bibliografias especializadas — Literatura infantil, 79
- Biologia — Livros didáticos, 114
- Botânica — Livros didáticos, 121
- Desenvolvimento econômico, 92
- Didática — Ensino, 108
- Cartilha, 102-104
- Censo escolar — Brasil, 4
- Centro Educacional Carneiro Ribeiro, 23
- Ciências Sociais — Ensino, 42
- Colóquio de Amiens, França, 13
- Comunicações de massa, 97
- Conferências Nacionais de Educação — análise, 1
- Conhecimentos gerais — Livros didáticos, 98-101
- Conselho Estadual de Educação — São Paulo, 10
- Conselho Federal de Educação, 6, 7
- Currículos, 28
- Economia da educação, 22
- Educação — América Latina, 20
- Educação de adultos, 38, 39
- Educação e desenvolvimento, 2, 3, 44, 45, 48-50, 92
- Educação de grupos especiais — deficientes mentais, 40
- Educação pública — Santa Catarina, 3
- " " — Territórios, 24
- Educação religiosa, 17, 18
- Ensino industrial — legislação, 37
- Ensino médio, 25, 41
- " " — pesquisa, Salvador, 36
- Ensino normal — História, Bahia, 27
- Ensino particular, 49
- Ensino pré-primário, 35
- Ensino superior, 42-78
- " " — Estados Unidos, 70
- " " — Estatística, 43

- Ensino superior — Legislação, 68-70
" " — Organização, 57, 64, 66
Espanhol — Livros didáticos, 125
Estatística da Educação, 4, 43
Estudantes — atividades políticas, 61
" — nível intelectual, 14
Exames vestibulares, 65
Faculdades de educação, 62, 63, 71, 78
Filosofia da educação, 12
Física — Livros didáticos, 114-116
Geografia — Livros didáticos, 107, 138-140
Ginasianos — Características sócio-econômicas, Salvador, pesquisa, 34
História da educação, 5
" " " — Brasil — Bahia, 27
Inglês — Livros didáticos, 122, 123
Instrução programada, 31
Legislação do ensino, 6-10, 24, 37, 68, 69
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9, 41, 52, 59
Livros didáticos, 98-140
Matemática — Ensino, 33, 34
" — Livros didáticos, 105, 106, 109-113
Meios audiovisuais, 32
Medicina — Ensino, 46
Menor abandonado — Pesquisa, 96
Mudança social, 91
Pesquisa educacional, 34, 36, 96
Planejamento da educação, 19
Planejamento econômico, 91
Política da educação, 2, 15
Português — Antologia — Livros didáticos, 136, 137
" — Gramática — Livros didáticos, 134, 135
" — Livros didáticos, 126-137
Psicologia educacional, 21
Psicologia social, 85
Psicólogos — Treinamento, 26
Química — Livros didáticos, 117-120
Reforma universitária, 53, 55, 56, 58-60, 67, 68, 72, 76
Sociologia, 82-90
" — Ensino, 84
Sociologia do conhecimento, 83
Sociologia da juventude, 87-90
Testes e medidas educacionais, 29, 30
Testes de personalidade, 80, 81
Transferência, 10
Vida estudantil, 61

INDICE DE AUTORES

- ABREU, Jaime, 1, 15
ADRADOS, Isabel, 80
AGUIAR, Antônio Lordello de, 98
ALTENFELDER, Mário, 93
AMARAL, Persides Pires do, 107
ANTUNES, Celso, 138
ARAGÃO, Raimundo Moniz, 53
ASOCIACIÓN Cristiana Feminina Mundial, Genebra, 38
ATCON, Rudolph, 51
AZEVEDO, Oswaldo Benjamin de, 92
AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de, 126
BARRERA MONCADA, Gabriel, 35
BASTOS, Aley Villela, 102
BECHARA, Evanildo, 133
BILLINGTON, James H., 70
BOLOGNA, Ítalo, 41
BÓSCOLO, Alcides, 109
BRAMELD, Theodore, 12
BRAZ, Maria, 39
BRITO, Luís Navarro de, 2
BRITO, Sulamita, 87-90
CAMPOS, Francisco, 81
CAMPOS, Roberto de Oliveira, 44
CARDOSO, Nazir, 99
CARNEIRO, José Fernando, 54
CARVALHO, Geraldo Camargo de, 117
CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de, 65
CASTRUCCI, Benedito, 109
CENTRO de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, 96
COMISSÃO para Estudos da Organização da Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 71
COOMAN, Maria Augusta, 5
CORREIA, Adolfo Machado, 127
CORREIA, Arlindo Lopes, 22
CORTES, Margarida Saraiva, 105
COUTINHO, Afrânio, 73
CREDY, Olga, 32
CUNHA, Jurema Alcides, 14
DEPARTAMENTO de Estatística do Estado de São Paulo, Divisão de
Estatísticas Físicas, Sociais e Culturais, 43

- DIXSON, Robert James, 122, 123
FABBRI Ferúccio, 128
FISHER, Isabel Yealy, 123
FONSECA, Teresa Neves da, 103
FRAGA, Clementino, 67
FUNDAÇÃO Getúlio Vargas, Instituto de Seleção e Orientação Profissional,
Comissão de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas, Rio de Janeiro, 30
FUNDAÇÃO Nacional do Bem Estar do Menor, Rio de Janeiro, 95
GAUSSEN, Frederic, 13
GÓES SOBRINHO, José de Faria, 62
GONÇALVES, Nair Lemos, 75
HOGE, Henry W., 64
HOULI, Jacques, 46
HUNTER, John M., 55, 67
INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, 4
INSTITUTO de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico,
Rio de Janeiro, 17
LAMPARELLI, Lídia Condé, 110
LEITE, João d'Andrade, 111
LIMA, Carlos Henrique da Rocha, 136
LIMA, Mário Barreto Corrêa, 46
LINHARES, Maria Yeda, 42
MACHADO NETO, A. L., 27, 83
MARCOZZI, Alayde, 100
MAGALHÃES, Icles Marques, 103
MARINHO, Heloisa, 40
MÁRQUEZ, Angel Diego, 33, 63
MATOS, Maria Angélica de, 137
MENDES, Cândido, 52
MENDES, Durmeval Trigueiro, 47
MENDONÇA, Roberto de, 77
MIGUEL, Jorge, 129
MINISTÉRIO da Educação e Cultura, 4
MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação, 59
MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Industrial, 37
MINISTÉRIO do Interior, Superintendência da Região Sul, 19
MINISTÉRIO das Relações Exteriores, 11
MINISTÉRIO da Saúde, Departamento Nacional da Criança, 94
MORAES, Maria Inês Braga, 14
MORAIS, Pessoa de, 85
MORAIS FILHO, Evaristo de, 48
MOTA, Fernando de Oliveira, 91
MOURA, Laércio de, 49
NAKATA, H., 139
NARVAES FILHO, Antônio, 139

- NEHMI, Victor A., 119, 120
NÓBREGA, Vandick L. da, 8
NOVAES, Maria Helena, 21
OLIVEIRA, Cândido de, 134
OLIVEIRA, Dom Oscar de, 18
OLIVEIRA, Dougival Moraes de, 114
OLIVEIRA, Esmeralda C. de, 40
OSÓRIO, Norma Cunha, 106
PÂNDU, Pandiá, 124
PEETERS, Francisca, 5
PENTAGNA, Romanda Gonçalves, 108
PESSANHA, José Américo Mota, 56
PETERSON, Theodore, 97
PIERSON, Donald, 82
PINTO, Maria da Glória Souza, 130
QUINTELLA, Ari, 112
QUIRINO, Tarcísio Rêgo, 20
RAMOS, Athos da Silveira, 45
RAWITSCHER, Felix, 121
REZENDE, Eurico, 77
ROBALINO, Neuza, 31
RODRIGUES, David Márcio Santos, 140
ROSE, Caroline, 84
SALGADO, Clóvis, 60
SALMERON, Roberto Aureliano, 115, 116
SANGIORGI, Osvaldo, 113
SANTOS, Máximo de Moura, 101
SANTOS, Sílvio Coelho dos, 3
SELLTIZ, Claire, 86
SILVA JÚNIOR, Marcelo, 57
SPERB, Dalilla C., 28
SUCUPIRA, Newton, 58
TEIXEIRA, Anísio S., 9, 23, 61
TESCAROLO, Floriano, 131
TOMATIS, Gilda de Freitas, 104
TOLEDON, Alejandro, 125
TÓRRES, Artur de Almeida, 135
UNIVERSIDADE de Brasília, 78
UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro, 72, 74
VASCONCELOS, José Vieira de, 50
VASCONCELOS, Viveiros de, 132
VELOSO, Elisa Dias, 26
VISSOKY, Paulina, 16
WESTPHALEN, Cecília Maria, 25
WOORTHAN, Klass Axel Auton Wessul, 36